



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

LUANA APARECIDA DA SILVA

O FALAR PARAIBANO:
UM ESTUDO DA VARIAÇÃO LEXICAL NOS CORDÉIS DO
POETA ZÉ DA LUZ

Londrina
2021

LUANA APARECIDA DA SILVA

O FALAR PARAIBANO:
UM ESTUDO DA VARIAÇÃO LEXICAL NOS CORDÉIS DO
POETA ZÉ DA LUZ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem.

Orientadora: Profa. Dra. Fabiane Cristina Altino

Londrina
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do programa de geração automática do sistema de bibliotecas da UEL

S586 Silva, Luana Aparecida da.
O falar paraibano : Um estudo da variação lexical nos cordéis do poeta Zé da Luz / Luana Aparecida da Silva. - Londrina, 2021.
83 f. : il.

Orientador: Fabiane Cristina Altino.
Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, 2021.
Inclui bibliografia.

1. Dialectologia - Tese. 2. Variação linguística - Tese. 3. Léxico - Tese. 4. Cordel - Tese. I. Altino, Fabiane Cristina . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. III. Título.

CDU 8

LUANA APARECIDA DA SILVA

O FALAR PARAIBANO:
UM ESTUDO DA VARIAÇÃO LEXICAL NOS CORDÉIS DO
POETA ZÉ DA LUZ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Fabiane Cristina Altino
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof^a. Dr^a Marcela Moura Torres Paim
PPGLINC/UFBA - PROGEL/UFRPE

Prof. Dr. Marcelo Silveira
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Flávio Brandão da Silva
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof^a. Dr^a. Dircel Aparecida Kailer
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 12 de Março de 2021.

Aos cordelistas e poetas populares, os
porta-vozes do sertão.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e minha irmã, pelo incentivo, por acreditarem na minha capacidade e darem todo o suporte, não medindo esforços para viabilizar esta conquista.

Ao Adalberto, pelas palavras de incentivo, paciência e companheirismo, sempre disposto a me ajudar.

Ao Everton, não só pela amizade, mas pelas trocas acadêmicas que contribuíram para a pesquisa.

À minha orientadora, a Professora Doutora Fabiane Cristina Altino, pela disponibilidade em me orientar, compreensão, aprendizado e pelas valiosas orientações durante a pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Londrina, pelas discussões, reflexões e contribuições teóricas que foram importantes para o meu enriquecimento intelectual.

À banca examinadora desta pesquisa, pelas observações e sugestões.

Aos colegas de mestrado, pela oportunidade de conhecer outras perspectivas e poder dialogar sobre nossas pesquisas.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, das bibliotecas e demais setores da Universidade Estadual de Londrina, por me atenderem sempre com muita atenção.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudos.

A todos que, de forma direta ou indiretamente, fizeram parte deste percurso, o meu sincero agradecimento.

Meu verso rastêro, singelo e sem graça,
Não entra na praça, no rico salão,
Meu verso só entra no campo e na roça
Nas pobre paioça, da serra ao sertão.

Patativa do Assaré

SILVA, Luana Aparecida da. **O falar paraibano**: um estudo da variação lexical nos cordéis do poeta Zé da Luz. 2021. 79 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

RESUMO

A variação linguística é um fenômeno natural e essencial à linguagem humana presente no português, assim como nas demais línguas. Tal fato ocorre tanto na modalidade oral quanto escrita, uma vez que ambas são usadas em diversos contextos sociais e, em cada situação comunicativa, seus objetivos e ênfases são diferentes. Observamos essa variação na escrita de cordel, o qual se configura um gênero que teve sua origem na oralidade, a partir de narrativas, cantos e cantorias e, por meio de seus versos, transmite a expressividade da cultura nordestina, bem como a diversidade linguística do português brasileiro falado nesta região. Foco desta pesquisa, pautada nos pressupostos teórico-metodológicos da Dialectologia, o estudo do cordel tem como objetivo descrever e analisar a variação lexical nos cordéis do poeta Zé da Luz, especificamente na obra *Brasil Caboclo – O sertão em carne e osso* (1979), buscando identificar nos poemas os aspectos linguísticos da fala rural paraibana; verificar a forma como cada variante foi registrada no português brasileiro; e comparar o léxico presente nos cordéis com os dados do *Atlas Lingüístico da Paraíba – ALPB* (1984) e do *Atlas Lingüístico do Brasil – ALiB* (2014). Em sua escrita, caracterizada pela espontaneidade e força poética, o cordelista enaltece a sua terra natal, a Paraíba, exaltando suas manifestações culturais, bem como traz as vozes silenciadas do sertão, apresentando as mazelas de um povo que vivia em uma luta constante pela sobrevivência, e preserva a linguagem sertaneja. Dessa forma, ao analisar os textos, constatamos que Zé da Luz faz uso de uma linguagem simples e regional, explorando a riqueza do vocabulário usado na região Nordeste do Brasil, o qual nos permite conhecer a história e a cultura desse povo e compreender a variedade da língua portuguesa.

Palavras-chave: dialectologia; variação linguística; léxico; cordel; Zé da Luz.

SILVA, Luana Aparecida da. **The speak paraibano**: A study of lexical variation in the cordéis of the poet Zé da Luz. 2021. 79 p. Dissertation (Master degree in Language Studies) – State University of Londrina, Londrina, 2021.

ABSTRACT

Linguistic variation is a natural phenomenon and essential to human language present in portuguese, as well as in other languages. This fact occurs both in oral and written form, since both are used in different social contexts and, in each communicative situation, their objectives and emphases are different. We observed this variation in cordel writing, which is a genre that had its origin in orality, from narratives, songs and singing and, through its verses, conveys the expressiveness of northeastern culture, as well as the linguistic diversity of brazilian portuguese spoken in this region. Focus of this research, based on the theoretical and methodological assumptions of Dialectology, the study of cordel aims to describe and analyze the lexical variation in the cordéis of the poet Zé da Luz, specifically in the work *Brazil caboclo - The backwoods in flesh and bone* (1979), seeking to identify in the poems the linguistic aspects of rural paraibana speech; check how each variant was registered in brazilian portuguese; and compare the lexicon present in the cordéis with data from the *Linguistic Atlas of Paraíba - ALPB* (1984) and the *Linguistic Atlas of Brazil - ALiB* (2014). In his writing, characterized by spontaneity and poetic strength, the cordelista praises his native land, Paraíba, extolling its cultural manifestations, as well as it brings the silenced voices of the backwoods, presenting the ills of a people who lived in a constant struggle for survival, and preserves the country language. Thus, when we analyze the texts, we found that Zé da Luz makes use of a simple and regional language, exploring the wealth of vocabulary used in the Northeast region of Brazil, which allows us to know the history and culture of this people and understand the variety of the portuguese language.

Keywords: dialectology; linguistic variation; lexicon; cordel; Zé da Luz.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Pesquisas fraseológicas.....	26
Figura 2	Rede de pontos/ ALPB.....	31
Figura 3	Rede de pontos/ ALiB	34
Figura 4	Zé da Luz	42
Figura 5	Capitanias Hereditárias	46
Figura 6	Paraíba.....	48
Figura 7	Carta lexical nº 004	62
Figura 8	Carta lexical nº 009	62

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Brasil Caboclo	52
Quadro 2	O sertão em carne e osso	53
Quadro 3	Marcas de oralidade.....	68
Quadro 4	Léxico.....	69

LISTA DE SIGLAS

AIS	Atlas Linguístico Etnográfico da Itália e da Suíça meridional
ALF	Atlas Linguístico da França
ALiB	Atlas Linguístico do Brasil
ALPB	Atlas Linguístico da Paraíba
APFB	Atlas prévio dos falares baianos
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UF	Unidade fraseológica
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
1.1 ORALIDADE E ESCRITA	15
1.2 VARIAÇÃO LINGUÍSTICA	18
1.3 O LÉXICO	21
1.4 FRASEOLOGIA	23
1.5 DIALETOLOGIA	27
1.6 FASES DA DIALETOLOGIA NO BRASIL	29
1.7 ATLAS LINGÜÍSTICO DA PARAÍBA - ALPB	31
1.8 ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL - ALIB	32
2 CONTEXTO DE PESQUISA: O QUE SABEMOS SOBRE O CORDEL, SEU AUTOR E SUA TERRA NATAL	36
2.1 LITERATURA DE CORDEL: ORIGEM IBÉRICA	36
2.2 ORIGEM BRASILEIRA	38
2.3 A POESIA DE ZÉ DA LUZ	42
2.4 PARAÍBA: PANORAMA HISTÓRICO	45
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	49
3.1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	49
3.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	51
3.3 CONSTITUIÇÃO DO CORPUS	52
3.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE	54
4 ANÁLISE DO CORPUS	56
4.1 MARCAS DE ORALIDADE	56
4.2 A VARIAÇÃO LEXICAL NOS CORDÉIS	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS	75

INTRODUÇÃO

Oralidade e escritura não são domínios separados por um divisor de águas com limites rígidos. Sua fronteira é tênue, e a tensão oral/escrito se reflete nos estilhaços desse seu duplo processar, numa instância em que não mais se reconhecem os traços originais de cada um deles, fundidos e confundidos no ponto de cruzamento das linguagens. No caso da literatura de folhetos, a influência da escrita dá-se de modo parcial, pois nela as marcas da oralidade se afirmam, e a força da voz viva se impõe de modo indelével (MATOS, 2010, p. 16).

O cordel configura-se um gênero literário que tem base na voz e na oralidade, mas que se diferencia de outras poesias orais, uma vez que se apresenta impresso em folhetos e livros. Segundo Londres (1983), a forma impressa é um meio de expansão da oralidade, visto que a literatura de cordel, desde sua origem, aspira ser ouvida. Essa poética faz uso da escrita e da oralidade para propagar seus versos e alcançar o público leitor que aprecia suas temáticas. Os cordelistas escrevem como se estivessem contando uma história em voz alta, assim o seu texto ultrapassa os limites do papel para fazer-se voz (ABREU, 1999).

Nesse sentido, os cordéis apresentam versos simples e estrutura rítmica que facilitam a leitura, ao serem lidos em voz alta e coletivamente, ou seja, a linguagem do cordel é maleável, o que possibilita tornar o escrito em oral e vice-versa e serem transmitidos de um leitor para outro, inclusive para aqueles que não foram alfabetizados. Sendo assim, o cordel pode ser entendido como uma forma híbrida entre o oral e o escrito.

A escrita de cordel é permeada pelo conhecimento popular, por meio da qual retrata os aspectos culturais do Nordeste, aborda os fatos do cotidiano do povo sertanejo, assim como transmite a diversidade do português falado nesta região, visto que este gênero carrega marcas da língua falada, a qual não é usada de forma homogênea por seus falantes, pois toda língua varia de uma época para outra, de uma região para outra e assim por diante.

Dessa forma, o estudo do cordel possibilita uma melhor compreensão da cultura popular brasileira e das variedades do português falado no Nordeste, promovendo a valorização da diversidade linguística, além de auxiliar na ressignificação do preconceito e ampliar o contato e o conhecimento de diferentes universos culturais.

Apesar da importância do cordel para o estudo das variações, são poucos os trabalhos que tratam da variedade do português brasileiro neste gênero. Verificamos, em um levantamento bibliográfico realizado em bancos de dados eletrônicos, que grande parte das pesquisas aborda este gênero literário, mas seu foco de análise não é a variação. Portanto, a realização deste estudo se justifica pela necessidade de lançar um olhar ao cordel enquanto expoente da língua falada, promovendo, assim, outra forma de perceber o fenômeno da variação, que é na escrita.

A partir dessas considerações, esta dissertação tem por objetivo descrever e analisar, mediante os pressupostos teórico-metodológicos da Dialetologia, a variação lexical na obra do poeta Zé da Luz, especificamente na obra *Brasil Caboclo – O sertão em carne e osso* (1979)¹, buscando identificar nos cordéis os aspectos linguísticos da fala rural paraibana; verificar a forma como cada variante foi registrada no português brasileiro; e comparar o léxico presente nos poemas com os dados do *Atlas Lingüístico da Paraíba – ALPB* (1984) e do *Atlas Lingüístico do Brasil – ALiB* (2014).

A opção em trabalhar com a Dialetologia decorre do fato de que esta vertente teórica faz o levantamento dos falares regionais, com suas delimitações geográficas, registra e descreve as características e tendências linguísticas, o que nos permite identificar as particularidades do português falado em uma determinada região dialetal.

No que diz respeito aos aspectos metodológicos, optamos por uma pesquisa descritivo-comparativa e os caminhos seguidos para a sua elaboração, pormenorizados na seção de metodologia, foram os seguintes: i) realização de levantamento bibliográfico sobre literatura de cordel para a contextualização do objeto de pesquisa; ii) pesquisa bibliográfica sobre oralidade e escrita, Dialetologia, léxico, Fraseologia e variações linguísticas para a fundamentação teórica; e iii) seleção de poemas para a composição do *corpus*.

A presente pesquisa está estruturada em quatro capítulos. No primeiro capítulo, apresentamos os pressupostos teóricos que sustentam esta pesquisa: oralidade e escrita, destacando suas características e relações; variação linguística, apresentando as variações diacrônica, diatópica, diastrática, diafásica e diamésica;

¹ Trata-se de duas obras que passaram a ser publicadas conjuntamente.

léxico e Fraseologia, trazendo definições feitas por pesquisadores da área; e, por fim, discorreremos sobre a trajetória da Dialetoologia, descrevendo as quatro fases da história dos estudos dialetais no Brasil, focalizando o *Atlas Lingüístico da Paraíba – ALPB* (1984) e o *Atlas Linguístico do Brasil – ALiB* (2014).

No segundo capítulo, contextualizamos o objeto de pesquisa. Para isso, buscamos a sua origem ibérica, traçando os caminhos que a literatura de cordel percorreu e apresentando a forma como esse gênero era conhecido na Europa e as temáticas que abordava. Além disso, descrevemos de que maneira essa manifestação cultural ocorre no Brasil e sua relação com os folhetos europeus, destacando, ainda, os cordelistas que contribuíram para o desenvolvimento do cordel nacionalmente. Finalizando o capítulo, apresentamos o poeta Zé da Luz, sua obra *Brasil caboclo – O sertão em carne e osso* e um panorama histórico de sua terra natal, a Paraíba.

No terceiro capítulo, detalhamos os procedimentos metodológicos seguidos para o desenvolvimento desta investigação. Fazem parte deste capítulo o levantamento bibliográfico de estudos que tratam da variação linguística no cordel, a caracterização da pesquisa, na qual adotamos a pesquisa descritivo-comparativa, e os métodos seguidos para a descrição e análise dos cordéis.

No quarto capítulo, realizamos a análise do *corpus*, buscando identificar, nos poemas, os aspectos lexicais da fala rural paraibana e compará-los com os dados do ALPB (1984) e do ALiB (2014). Também verificamos, em dois dicionários de língua portuguesa (HOUAISS; VILLAR, 2001; FERREIRA, 1986) e em um dicionário do folclore brasileiro (CASCUDO, 2005), a forma como cada variante foi registrada no português brasileiro, bem como destacamos algumas marcas de oralidade encontradas nos cordéis, as quais são: alternância do pronome *nós* por *a gente*, concordância nominal e verbal, iotização do /lh/ e apagamento do /r/ em final de palavras.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, apresentamos os pressupostos teóricos que orientam a nossa investigação sobre a variação lexical no cordel. Posto isso, versamos sobre variação linguística, léxico, Fraseologia e oralidade / escrita, abordando suas características e relações. No que diz respeito à Dialetologia, trazemos definições elaboradas por pesquisadores da área e, por fim, apresentamos o *Atlas Lingüístico da Paraíba – ALPB* (1984), assim como o *Atlas Lingüístico do Brasil – ALiB* (2014).

1.1 ORALIDADE E ESCRITA

Nos últimos anos, estudiosos da língua portuguesa vêm se dedicando ao estudo das relações entre oralidade e escrita, procurando mostrar que as duas são modalidades discursivas de uso da língua com características próprias, sem, entretanto, caracterizar dois sistemas linguísticos ou dicotomia, pois, conforme Marcuschi (2001, p. 17), “ambas permitem a construção de textos coesos e coerentes, ambas permitem a elaboração de raciocínios abstratos e exposições formais e informais, variações estilísticas, sociais, dialetais e assim por diante”. Segundo o autor, até década de 80, poucos pesquisadores se dedicavam à análise da oralidade e da escrita, enquanto modalidades interativas e complementares; os estudos no âmbito da oralidade não contemplavam o estudo do texto escrito e vice-versa. Além disso, defendiam a ideia de que a humanidade deveria se dividir em duas partes: antes e depois da escrita. Acreditavam que o advento da escrita trazia *grande virada*² ao ponto de surgir novas formas de pensar e produzir conhecimento.

Street elenca algumas das ideias acerca das relações entre oralidade e escrita que estariam na tese da *grande virada*:

[...] a noção de que o discurso escrito codifica o significado por meio da lexicalização e da gramática, enquanto o discurso oral o faz por meio de aspectos paralingüísticos [...] a noção de que o discurso escrito é mais “conectado” e “coeso”, enquanto o discurso oral é fragmentário e desconexo; e por fim o mito de que a língua escrita entrega seu significado diretamente “preto no branco”, enquanto a língua oral é mais “encaixada” nas pressões sociais imediatas da comunicação face a face (STREET, 2014, p. 178).

² Tese da grande virada cognitiva representada pela inserção da modalidade escrita, levantada por Goody (1977), Olson (1977) e Ong (1998).

Constatamos que esses aspectos levantados pelos pesquisadores não passam de ideias errôneas, pois não condizem com os fatos; a fala não é um mero código oral e a escrita um simples código gráfico de codificação da língua. Ambas são usadas nos diferentes contextos sociais, porém, em cada atividade discursiva, há diferentes objetivos em relação ao uso de cada uma. Dessa forma, as diferenças entre a oralidade e a escrita devem ser vistas e analisadas na perspectiva do uso, e não do sistema. São os usos que fundam a língua; logo, falar ou escrever bem não é se adequar às regras da língua, mas saber usar a língua de forma adequada para produzir um efeito de sentido pretendido em uma determinada situação comunicativa (MARCUSCHI, 2001).

Segundo Marcuschi (2001, p. 35), “a língua, seja na sua modalidade falada ou escrita, reflete, em boa medida, a organização da sociedade porque a própria língua mantém complexas relações com as representações e as formações sociais”, mas não se trata de um espelhamento, e sim de uma funcionalidade presente na fala. Observamos, portanto, que tanto a fala como escrita apresentam realizações estilísticas variadas e com graus de formalidades diversos, que se adaptam às situações sociais. Nesse sentido, seria equivocado privilegiar a escrita em detrimento da oralidade, como se aquela modalidade fosse superior à outra.

Cronologicamente, sabemos que a língua falada surgiu há milhões de anos, enquanto a escrita ainda é recente, “[...] surgiu pouco mais de 3.000 anos antes de Cristo, ou seja, há 5.000 anos. No Ocidente, ela entrou por volta de 600 A.C, chegando a pouco mais de 2.500 anos hoje” (MARCUSCHI, 2001, p. 23). Nessa perspectiva, a modalidade oral precede à escrita, uma vez que existiu por muito tempo sem qualquer aparato gráfico, ao passo que a modalidade escrita nunca existiu sem a oralidade. Todo texto escrito deve, de alguma forma, estar relacionado ao mundo sonoro para comunicar seus significados, pois, como afirma Ong (1998, p. 16), “ler um texto significa convertê-lo em som, em voz alta ou na imaginação, sílaba por sílaba na leitura lenta ou de modo superficial na leitura rápida”.

Do ponto de vista do prestígio social, a escrita exerce uma supremacia sobre a fala, ocupando um lugar mais privilegiado na maioria das sociedades contemporâneas. Essa supremacia da escrita não se deve a parâmetros linguísticos, mas à posição ideológica, podendo variar entre sociedades, grupos sociais e ao

longo do tempo. Assim, existem sociedades que valorizam mais a escrita do que a fala e outras que valorizam mais a língua falada.

Apesar da grande importância que a escrita tem nas sociedades letradas, continuamos povos orais, uma vez que nos expressamos e nos comunicamos por meio da oralidade. Sendo assim, podemos afirmar que a oralidade é inerente ao homem, considerada um fator de identidade de cada indivíduo, não podendo ser substituída por nenhuma outra tecnologia; ao passo que a escrita, por ser vista como mais estruturada, coesa e previamente planejada, seguindo a norma padrão da língua, não leva a estigmatização e não serve como fator de identidade.

Marcuschi (2001, p. 36) esclarece que “a fala pode facilmente levar à estigmatização do indivíduo [...] por atestar a variação e em geral pautar-se por algum desvio da norma, tem caráter identificador. É possível que identidade seja um tipo de desvio da norma-padrão”. Devido a isso, o autor apresenta duas vertentes em que não há distinções dicotômicas entre fala e escrita: a variacionista e a sociointeracionista.

A perspectiva variacionista trata das relações entre fala e escrita do ponto de vista dos processos educacionais, buscando analisar as variedades linguísticas, e não fazer uma distinção entre fala e escrita. Nesse sentido, fala e escrita apresentam: língua padrão e variedades não padrão, língua culta e língua coloquial, norma padrão e normas não padrão. Segundo Marcuschi (2001, p. 31), “todas as variedades submetem-se a algum tipo de norma. Mas como nem todas as normas podem ser padrão, uma ou outra delas será tida como *norma padrão*”.

Já a perspectiva sociointeracionista trata do papel da fala e da escrita sob o ponto de vista dialógico. Assim, a língua é vista como um fenômeno dinâmico e interativo, “voltado para as atividades dialógicas que marcam as características mais salientes da fala, tais como as estratégias de formulação em tempo real” (MARCUSCHI, 2001, p. 33).

Diante disso, tanto a modalidade oral como a escrita têm realizações nos mais variados contextos de uso, com graus de formalidades diversos e apresentam um *continuum* de variações, visto que “as línguas não são homogêneas nem uniformes sob o ponto de vista de seu uso. E as relações fala e escrita dizem respeito a questões de uso da língua” (MARCUSCHI, 2001, p. 32). Desse modo, a variação linguística ocorre em ambas as modalidades, de acordo com o gênero textual e a situação comunicativa. Contudo, observamos que é na fala que as

variações linguísticas são mais evidentes, visto que a escrita possui normas e padrões estabelecidos pela gramática normativa. No entanto, isto não quer dizer que não ocorra variação nos modos de escrever. Essa variação existe e a estudaremos aqui, pois a escrita, assim como a fala, é usada em diferentes contextos sociais e, em cada situação comunicativa, seus objetivos e ênfases são diferentes.

Uma vez que o nosso intuito é estudar a variação linguística, na próxima seção, discutiremos sobre a noção de variação, buscando compreender como esse fenômeno ocorre na língua e quais os fatores que o motivam.

1.2 VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

A variação linguística é um fenômeno natural e essencial à linguagem humana (LABOV, 2008 [1972]), que está presente no português brasileiro, assim como nas demais línguas. Nenhuma língua se apresenta como um sistema uniforme e homogêneo, o que significa dizer que são heterogêneas. Essa visão da língua como uma unidade imutável e estática está relacionada à tradição normativa, defendida pelos primeiros linguistas, os quais se limitavam ao estudo da estrutura da língua, dispensando as situações reais de uso. A esse respeito, Castilho afirma que

As línguas são constitutivamente heterogêneas, pois através delas temos de dar conta das muitas situações sociais em que nos envolvemos, em nosso dia a dia. Elas são também inevitavelmente voltadas para a mudança, pois os grupos humanos são dinâmicos, e as línguas que eles falam precisam adaptar-se às novas situações históricas (2010, p. 197).

Sendo assim, é impossível estudar uma língua sem levar em consideração as suas variedades linguísticas. Nos diferentes níveis de uma língua, seja fonético-fonológico, morfossintático ou semântico-pragmático, encontram-se diferentes formas linguísticas que se correspondem semanticamente. Assim, ao analisar qualquer comunidade de fala, é possível verificar a existência de variedades, uma vez que as comunidades se caracterizam pelo uso de diferentes modos de falar. Dessa forma, a variação linguística constitui um fenômeno universal e pressupõe a existência de variantes que, segundo Tarallo (1997, p. 8), “são diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade” e que configuram um fenômeno variável. Para uma melhor compreensão,

apresentamos o exemplo proposto pelo referido autor, no qual a variável (marcação do plural no sintagma nominal) pode apresentar as seguintes variantes:

- aS meninaS bonitas O falante mantém a marcação de plural ao longo do SN.
- aS meninaS bonitaø O falante retém a variante [S] na posição de determinante e de nome núcleo, mas utiliza a variante [ø] na posição de adjetivo modificador.
- aS meninaø bonitaø O falante faz uso da variante não padrão [ø] nas duas posições finais do SN e mantém a marcação do plural na posição inicial.

Diante disso, os variacionistas Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1975]) defendem que a variação linguística não é um efeito do acaso, mas um fenômeno da cultura motivado por fatores linguísticos e extralinguísticos. Essa perspectiva é também defendida por Bagno (2007, p. 40) quando afirma que “a variação não é aleatória, fortuita, caótica – muito pelo contrário, ela é estruturada, organizada, condicionada por diferentes fatores”, podendo se manifestar de várias formas, sejam elas: diacrônica, diatópica, diastrática, diafásica e diamésica.

A variação diacrônica é aquela que se dá através do tempo, quando comparamos o uso da língua em diferentes gerações. Ao analisar textos de outras épocas, observamos que o português contemporâneo se difere do arcaico, visto que determinadas expressões e palavras caíram em desuso e novas foram criadas, como no cordel *Fulô de Mussambê*.

_ Mais uma perguntazinha
Eu desejo li fazê:

_ Quem inlúde uma **donzela**
Prometendo tudo a ela,
Abusando da inocência
E da fraquêza da muié,
E ofende a sua honra,
É criminoso ou não é?
(LUZ, 1979, p. 66, grifo nosso).

O poeta emprega o termo *donzela*, usado antigamente para se referir às filhas solteiras de reis e fidalgos (HOUAISS; VILLAR, 2001). Atualmente, esse termo deixou de ser usado, tornando-se uma palavra arcaica.

No que diz respeito à variação diatópica, esta se refere às diferenças que uma mesma língua apresenta em distintas regiões de um mesmo país ou em países diferentes. Ilari e Basso (2009) afirmam que, do ponto de vista diatópico, o português brasileiro é uma língua uniforme, visto que a variação não afeta o sistema fonológico e sintático, o que permite que falantes de diferentes regiões se compreendam. Contudo, a variação regional existe na língua portuguesa e podemos identificar, por meio da fala, a qual região do Brasil os falantes pertencem. Essa variação se evidencia tanto no nível fonético-fonológico, a exemplo da monotongação nas palavras *intêro/inteiro* e *dinhêro/dinheiro* (LUZ, 1979, p. 27), quanto no nível lexical, como os termos *cabra* (usado para se referir ao sujeito) e *vexado* (usado no sentido de apressado), retirados do cordel *Cunfissão de cabôco* (LUZ, 1979, p. 125).

A variação diastrática é a que se verifica na comparação de diferentes estratos de uma população, considerando o sexo do falante, a idade e o nível de escolaridade, no qual são investigadas as diferenças entre a língua portuguesa falada pelas pessoas mais escolarizadas e pelas pessoas menos escolarizadas. A variedade do português falado pela população menos escolarizada é conhecida como português subpadrão ou português *sub-standard*, o qual é mais recorrente na fala e apresenta uma gramática própria, permitindo uma comunicação eficaz entre os falantes. Uma das características do português *sub-standard* é a perda do S da desinência da primeira pessoa do plural, como *nós casêmo* (LUZ, 1979, p. 117) em vez de *nós casamos*, por exemplo.

Quanto à variação diamésica, esta diz respeito ao uso de distintos meios e veículos, compreendendo as diferenças entre língua escrita e língua falada. O texto escrito é pensado previamente, organizado e pode ser modificado posteriormente, visto que terá de falar por si. O texto falado, por sua vez, é planejado conforme é produzido, por isso é comum encontrar nestes um número maior de reformulações. Todavia, existem textos escritos que foram produzidos para serem oralizados. Por exemplo, os cordéis que apresentam versos simples e de fácil entendimento para serem lidos em voz alta ou cantados.

A variação diafásica está associada ao uso diferenciado que um mesmo indivíduo faz da língua, de acordo com a situação comunicativa em que se encontra. Essa variação, portanto, está ligada ao grau de formalidade, o qual será definido pelo contexto social. Em uma entrevista de emprego, por exemplo, o grau de formalidade tende a ser maior, uma vez que, ao ser avaliado, espera-se que o

falante utilize uma linguagem (mais) formal. Já em uma conversa entre amigos, a fala será mais informal, devido à familiaridade entre os interlocutores. O mesmo ocorre com textos escritos, pois um bilhete para um amigo é menos formal que um trabalho acadêmico. Diante disso, concluímos que toda língua comporta variantes, em função da identidade social do emissor, em função da identidade social do receptor e em função das condições sociais da produção discursiva (CAMACHO, 2005).

Desse modo, verificamos que a língua é um processo inacabado, resultado das construções do passado e do presente, marcada pelos seus usos e pelos espaços desses usos. Logo, não deve ser estudada ou ensinada como um produto acabado, fechado em si mesmo (GERALDI, 1996), pois toda língua apresenta variações, que estão relacionadas a fatores históricos, sociais e geográficos.

Visto que o objetivo da nossa pesquisa é analisar a variação linguística no nível lexical, faz-se necessário tratar de questões referentes ao léxico. Portanto, na próxima seção, apresentamos definições elaboradas por estudiosos da área acerca da noção de léxico, a fim de compreendermos esse termo.

1.3 O LÉXICO

Para comunicar-se, o falante faz uso de elementos linguísticos que compõem o léxico de sua língua. Porém, o que vem a ser o léxico? Existem diversas definições para léxico e apresentaremos e discutiremos aqui algumas, a fim de esclarecer o complexo conceito desse termo.

De acordo com Alves (1994, p. 89), léxico “é o conjunto estruturado de todas as unidades léxicas de uma língua que são utilizadas numa mesma sincronia”. Já Vilela (1995, p. 13) afirma que é “o conjunto das palavras por meio das quais os membros de uma comunidade linguística comunicam-se entre si”. No entanto, o léxico de uma língua não se resume em apenas um conjunto de palavras, visto que é um sistema aberto e em constante mudança que, segundo Barbosa,

Oferece ao falante a possibilidade de não só usar as unidades lexicais que já foram realizadas como também, a partir destas, criar muitas outras, que podem ou não vir a ser consagradas pelo uso. O léxico coloca-se então ao nível do sistema tal como o definiu Coseriu, constituindo uma de suas partes (a outra é constituída pelas leis combinatórias) (BARBOSA, 1981, p. 381-382).

Por sua vez, Biderman ressalta que o léxico

Inclui a nomenclatura de todos os conceitos linguísticos e não linguísticos e de todos os referentes do mundo físico e do universo cultural, criado por todas as culturas humanas atuais e do passado. Por isso o léxico é o menos linguístico de todos os domínios da linguagem. Na verdade, é uma parte do idioma que se situa entre o linguístico e o extralinguístico (BIDERMAN, 2001, p. 132).

Dessa forma, a autora classifica o léxico do português em duas categorias de lexemas³, sejam elas: as formas livres (substantivos, adjetivos, advérbios e verbos), que representam o universo extralinguístico, e as formas dependentes (pronomes, artigos, preposições e conjunções), que funcionam somente dentro do sistema linguístico. As unidades pertencentes às formas livres são ilimitadas, visto que o sistema permite a criação ou inclusão de novas unidades; ao passo que as unidades das formas dependentes são limitadas, uma vez que são resistentes às mudanças e ao acréscimo de outras. Apesar disso, são fundamentais para o funcionamento da língua, ao refletirem sua estrutura gramatical. Assim, o léxico cumpre duas funções, na medida em que se apropria do real de maneira simbólica, conectando o exterior ao interior de cada falante e categoriza cognitivamente suas experiências em lexemas.

Cabe ressaltar que o português do Brasil apresenta um léxico de cerca de 60 mil vocábulos, resultado de um extenso processo, no qual diversas palavras antigas se perderam e outras sobreviveram, adquirindo outras funções e valores, bem como novas palavras são constantemente criadas (ILARI; BASSO, 2009). Esse número se refere apenas aos usuários da língua em conjunto, pois o vocabulário passivo que cada falante domina é somente uma parte do léxico e o vocabulário que cada um utiliza ativamente é ainda mais reduzido.

Com isso, inferimos que o léxico de uma língua não é um sistema fechado e imutável, logo o seu vocabulário é maleável, modificando-se de acordo com as necessidades, aumentando quando novas palavras são criadas e diminuindo quando elas são postas à parte, tornando-se arcaicas. Na medida em que uma língua existe como meio de comunicação, seu léxico estará em constante mudança,

³ A autora utiliza o termo *lexema* para se referir à unidade abstrata de uma língua e o termo *lexia* para a forma que aparece em um discurso.

fornecendo aos falantes um repertório diversificado para os mais variados contextos e realidades socioculturais, garantindo “a possibilidade de manter a língua permanentemente adaptada às contínuas mudanças trazidas pela dinâmica histórica das sociedades humanas, permitindo-lhes nominá-las” (FARACO, 2001, p. 132). Dessa maneira, não existe uma língua pura, pois o vocabulário de qualquer uma é o resultado de contatos com povos, com culturas e entre outras culturas (BAGNO, 2002).

Diante deste panorama, entendemos que os lexemas são elementos linguísticos que estão presentes no léxico de uma língua e exercem uma função denominativa para os fenômenos da realidade. Desse modo, para que possamos dar um tratamento adequado à descrição e análise dos dados, abordaremos, na seção 1.4, o termo *fraseologia*.

1.4 FRASEOLOGIA

O termo fraseologia apresenta um conceito amplo e é utilizado não só para se referir ao campo da Linguística que estuda as unidades fraseológicas da língua, como também para o seu objeto de estudo. Essa área, para alguns estudiosos, trata-se de uma subdisciplina da Lexicologia, ao passo que outros acreditam ser uma disciplina independente. Em virtude disso, os limites dessa vertente teórica não são fáceis de se estabelecer, pois não há um consenso entre os pesquisadores no que diz respeito ao seu *status*, à delimitação e à categorização dos fenômenos fraseológicos (PAIM; SFAR; MEJRI, 2018).

Cabe ressaltar que Saussure, em seu *Curso de Lingüística Geral*, já fazia menções aos fenômenos fraseológicos, ao afirmar que “não falamos por signos isolados, mas por grupos de signos, por massas organizadas que são elas próprias signos” (2006 [1916], p. 149), tendo em vista que há, na língua, um grande número de expressões, ou seja, “as frases feitas, nas quais o uso proíbe qualquer modificação, mesmo quando seja possível distinguir, pela reflexão, as partes significativas” (2006 [1916], p. 144).

Em estudos posteriores, Charles Bally (1951), considerado o pai da Fraseologia, desenvolveu o pensamento de Saussure, utilizando, pela primeira vez, o termo *phraséologie* para se referir às locuções compostas, isto é, um grupo de

palavras que, na combinação de seus elementos, perde o seu significado individual, ou parte dele, para adquirir outro.

Apesar disso, a Fraseologia adquiriu *status* de disciplina científica somente na década de 1940, quando suas bases teóricas foram estabelecidas pelos linguistas soviéticos, dentre eles, segundo Monteiro-Plantin (2014), destacam-se Vinogradov e seu antecessor Polivánov. O primeiro, de acordo com a autora, foi o responsável pelo reconhecimento da Fraseologia como ciência e defendia a ideia de que era uma disciplina independente, classificando-a como o estudo das combinações das palavras e seus significados; o segundo pesquisador, Polivánov, tinha como objeto de estudo as expressões fixas associadas aos seus significados individuais, denominadas fraseologismos.

Uma década depois, na Espanha, Julio Casares (1992 [1950]) propôs, em sua obra *Introducción a la lexicografía moderna*, a sistematização do estudo das frases proverbiais, refrões, locuções e modismos, considerando apenas os dois últimos como Unidades Fraseológicas (UFs). Esta abordagem tornou o pesquisador uma referência para os estudos fraseológicos em língua espanhola.

Outros estudos contribuíram para o aprimoramento da área. Alberto Zuluaga (1980), ao publicar o primeiro manual de Fraseologia espanhola, revisou a dicotomia postulada por Casares, dividindo as UFs em locuções e enunciados, incluindo, aos últimos, os provérbios. Ainda nessa perspectiva, Corpas Pastor (1996), em seu manual de Fraseologia, estabeleceu que as UFs “são unidades lexicais formadas por mais de duas palavras gráficas em seu limite inferior, cujo limite superior se situa no nível da oração composta”⁴ (CORPAS PASTOR, 1996, p. 20, tradução nossa).

Nesse contexto, Servilla afirma que são múltiplos os termos para denominar o objeto de estudo da Fraseologia, tais como:

Expressões idiomáticas, expressões fixas, modismos, idiotismos, locuções, timos, muletas linguísticas, clichês, estereótipos, giros, frases feitas, ditos, refrões, provérbios, frases proverbiais, apelativos que usamos em maior ou menor medida em outras línguas (1997 *apud* MONTEIRO-PLANTIN, 2014, p. 29).

No entanto, García Paige (2011) faz uma crítica a essa profusão de denominações, afirmando ser impossível abarcar o *corpus* da Fraseologia ao adotar

⁴ Tradução livre de: “son unidades léxicas formadas por más de dos palabras gráficas em su límite inferior, cuyo límite superior se sitúa en el nivel de la oración compuesta”.

um conceito ilimitado para defini-la; por isso, opta por uma concepção pautada nas locuções.

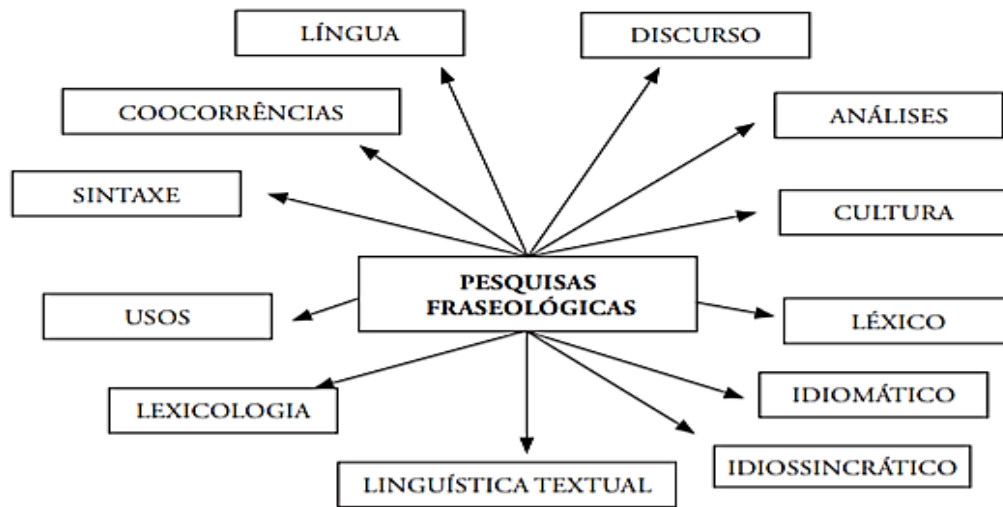
Esta concepção ampla de Fraseologia é pouco adequada por causa da imprecisão na análise a ela associada. Por exemplo, não me parece muito acertado chamar refrões, locuções ou colocações de unidade fraseológica, fraseologismo, expressão fixa etc. Não parece correto que locuções, colocações e compostos façam parte de um mesmo paradigma. Ainda que estas formas linguísticas partilhem traços comuns, é necessário distinguir os traços destas formas evitando a mistura indiscriminada. Defendemos uma concepção estrita de Fraseologia como disciplina encarregada de estudar as locuções (2001, p. 208).

Em razão disso, na vertente francesa, Mejri (2012), visando evitar confusões teóricas devido à terminologia, distinguiu o fenômeno fraseológico do processo pelo qual ele se manifesta. Assim, conceituou a Fraseologia como o fenômeno linguístico que ocorre mediante associações sintagmáticas recorrentes, no qual atua um processo de cristalização e do qual resultam os fraseologismos. Partindo dessa premissa, Fiala (1988 *apud* MONTEIRO-PLANTIN, 2014, p. 28) salienta que a Fraseologia “é constituída de combinações recorrentes, mais ou menos estabilizadas, de formas lexicais e gramaticais”, aparecendo como fixações em contextos restritos, podendo haver, contudo, alguma variação.

Sob o ponto de vista dos estudos fraseológicos no Brasil, Ortiz Alvarez e Unternbäumen (2011, p. 9) definem a Fraseologia como a ciência linguística que tem como objeto de estudo as combinações dos elementos linguísticos, “relacionados semântica e sintaticamente, cujo significado é dado pelo conjunto de seus elementos e não pertencem a uma categoria gramatical específica”, tendo em vista que “nela se incluem todas as combinações em que os componentes são geralmente estáveis [...] e possuem traços metafóricos”.

Diante dessas definições, Paim, Sfar e Mejri (2018) afirmam que o campo dos estudos fraseológicos é um espaço aberto de pesquisas voltadas a diversos níveis de análise linguística, conforme destacam no esquema a seguir (figura 1).

Figura 1 – Pesquisas fraseológicas



Fonte: Paim, Sfar e Mejri (2018, p. 30).

As inúmeras abordagens e a diversidade denominativa que a Fraseologia apresenta, já mencionadas por Carballo (1997-1998, p. 67-68, tradução nossa) como um empecilho para a definição desta área como uma disciplina científica, pois impossibilitam “delimitar suas fronteiras, esclarecer os tipos que a compõem, e dar definições precisas e sem ambiguidades”⁵; para Ortiz Alvarez (2000, p. 82), são um indicativo da complexidade do objeto, uma vez que a “heterogeneidade existente reflete as vias de busca, os diversos critérios sobre o objeto da fraseologia e as tarefas e funções inerentes a essa disciplina”.

Embora exista uma enorme discussão a respeito de sua natureza, esse campo de pesquisa tem contribuído para o estudo dos fenômenos lexicais, descrição e ensino da língua, permitindo conhecer a cultura de uma determinada comunidade e suas particularidades, compreendidas por meio das UFs, que, de acordo com Mejri (2012), refletem o repertório sócio-linguístico-cultural de uma sociedade.

Outra área que não pode deixar de ser incluída quando se trata de diversidade linguística, no nosso caso a existente no português brasileiro, é a que trata dos estudos dialetológicos, com sua notável relevância para o registro e descrição dos falares regionais. Na seção seguinte, discutiremos a respeito da

⁵ Tradução livre de: “delimitar sus fronteras, clarificar los tipos que la integran, y dar definiciones precisas que carecieran de cualquier ambigüedad han sido objetivos que muchas veces no se han podido cumplir”.

Dialetologia, teoria que sustenta nossa pesquisa, apresentando um contexto histórico e explicitando suas cinco fases no Brasil.

1.5 DIALETOLOGIA

A Dialetologia, segundo Dubois *et al.* (1973, p. 185), é “a disciplina que assumiu a tarefa de descrever comparativamente os diferentes sistemas ou dialetos em que uma língua se diversifica no espaço, e de estabelecer-lhe os limites”. Desse modo, pode ser entendida como a ciência que estuda os diferentes falares e dialetos, levando em consideração a sua distribuição geográfica e características associadas. Nessa perspectiva, Cardoso (2010) afirma que a dialetologia se dedica ao estudo das variações linguísticas delimitadas no espaço geográfico, mas considerando os aspectos socioculturais e cronológicos.

De acordo com Cardoso (2010), o interesse em identificar variações diatópicas no uso da língua, em determinada área dialetal, evidenciava-se já no século XVIII. Contudo, os estudos dialetais se formalizaram apenas no século seguinte, quando as pesquisas linguísticas eram realizadas por meio de métodos histórico-comparativos.

[...] os estudos dialetológicos propriamente dito vêm a se iniciar num momento da história, século XIX, em que a individualidade geográfica de cada região estava resguardada seja pelo isolamento decorrente da frágil rede de estradas, seja pela dificuldade de comunicação, seja, ainda, pela inexistência de meios tecnológicos que permitissem a interação à distância entre as diferentes áreas, mas resultaram, principalmente, da preocupação com o resgate de dados e a documentação dos diferentes estágios da língua (CARDOSO, 2010, p. 39).

São considerados marcos para a Dialetologia o levantamento de dados da realidade linguística alemã realizado por George Wenker, o qual abriu caminho para uma pesquisa diatópica sob o método geolinguístico, permitindo documentar e comparar os fatos ocorridos em diferentes regiões e realizar a coleta sistemática dos dados *in loco* para o *Atlas Linguistique de La France (ALF)*, de Jules Gilliéron e Edmond Edmont.

No final do século XIX, Wenker iniciou seu trabalho de investigação dos dialetos alemães. Para a coleta dos dados, elaborou um questionário fonético de 40

frases curtas, o qual foi enviado por correspondência a professores e religiosos de diversas regiões da Alemanha. Os primeiros resultados do levantamento foram publicados na obra *Deutscher Sprachatlas*. Contudo, os resultados não foram satisfatórios, visto que não foi possível delimitar claramente os fenômenos fonéticos.

Cardoso (2001, p. 27) atribui a Wenker “o mérito de dar um passo significativo para o avanço da Dialectologia”, mas coube a Gilliéron consolidar o novo método dos estudos dialetais, a Geolinguística. Em 1897, Gilliéron iniciou sua investigação para o *Atlas Linguistique de La France (ALF)*. Para isso, elaborou um questionário com 1.900 questões, abrangendo aspectos fonéticos, morfológicos, sintáticos e lexicais, que deveria ser aplicado em 639 localidades, onde se falavam os dialetos franceses, provençais e franco-provençais. No entanto, a tarefa de coletar os dados fora executada por Edmond Edmont (que não era linguista), pois Gilliéron temia influenciar os resultados da pesquisa. Edmont percorreu por quatro anos as localidades selecionadas, aplicando o questionário e realizando as transcrições fonéticas. Os dados coletados resultaram em 1.920 mapas linguísticos, os quais foram publicados entre 1902 e 1910.

O trabalho desenvolvido por Gilliéron e Edmont contribuiu para a produção de outros atlas linguísticos, dentre os quais podemos destacar o atlas de Karl Jaberg e Jakob Jud (*Sprach- und Sachatlas Italiens und der Sudschweiz*), publicado entre 1928 e 1940. Para a realização desta pesquisa, foram utilizados três questionários: um com 2.000 perguntas, um com 800 e outro com 4.000. Além da investigação linguística, o AIS também abordou a questão etnográfica, resultando em 1.705 mapas linguísticos, 1.900 desenhos e 4.000 fotografias.

O ALF também serviu de base para a realização dos estudos dialetais no Brasil, os quais se iniciaram com o estudo comparativo entre o português brasileiro e o português lusitano, feito por Visconde de Pedra Branca (Domingos Borges de Barros). A esse respeito, Mota e Cardoso (2006) ressaltam que a história da dialetologia no Brasil pode ser dividida em quatro fases: a primeira que se estende pelo período de 1826 a 1920; a segunda, compreendida no intervalo de 1920 a 1952; a terceira, de 1952 a 1996; e a quarta fase, no período de 1996 a 2014. Nessa perspectiva, Teles (2018) destaca, ainda, uma quinta fase, que teve início com a publicação dos dois volumes do *Atlas Linguístico do Brasil* (2014) e que perdura até os dias atuais, contando com outras diversas publicações, pormenorizadas na próxima seção.

1.6 FASES DA DIALETOLOGIA NO BRASIL

A primeira fase da Dialetologia no Brasil teve início em 1826, com a publicação do estudo realizado por Visconde de Pedra Branca, o qual integra a introdução do *Atlas etnográfico do globo*, do geógrafo Adrien Balbi (1825), e vai até 1920, com a publicação da obra *O dialeto caipira (1920)*, de Amadeu Amaral.

Em seu trabalho, Visconde trata das diferenças que o português do Brasil apresenta em comparação com o português europeu, ressaltando os aspectos lexicais e fonológicos que o caracterizam. Seu estudo abriu caminho para a realização de outros trabalhos de caráter semântico-lexical. Dessa maneira, foram desenvolvidos diversos trabalhos relacionados, principalmente, ao léxico do português do Brasil, como dicionários, vocabulários e glossários regionais.

A segunda fase se inicia, portanto, com a publicação da obra de Amaral, a qual é referência na história dos estudos dialetais brasileiros, estendendo-se até o ano de 1952, com o Decreto nº 30.643, de 20 de março de 1952, regulamentado por meio da Portaria nº 536, de 26 de maio de 1952.

Em sua obra, Amaral mostrou uma preocupação em descrever de forma abrangente o falar caipira, com técnicas e métodos avançados para a sua época. Seu estudo abriu caminho para pesquisas sistemáticas em uma dada área geográfica. Sendo assim, essa fase foi consolidada pela produção de obras de caráter monográfico voltadas para uma determinada área, dentre as quais se destacam: a obra *O linguajar carioca (1922)*, na qual Antenor Nascentes propõe uma divisão dos falares do Brasil e apresenta um estudo do dialeto carioca em seus diferentes aspectos (fonético, lexical e morfossintático); e a obra *A língua do Nordeste: Alagoas e Pernambuco (1934)*, de Mário Marroquim, sobre os aspectos fonético-fonológicos, léxicos e sintáticos do dialeto de Alagoas e Pernambuco.

A terceira fase dos estudos dialetais se consolidou com a publicação do decreto nº 30.643, em 1952, que instituiu o centro de pesquisas Casa de Rui Barbosa, e vai até 1963, quando Nelson Rossi publicou o primeiro atlas regional do Brasil, o *Atlas prévio dos falares baianos – APFB*. Nessa fase, surgiram os primeiros estudos com base em *corpus* constituído de forma sistemática e o interesse pela execução de trabalhos de geografia linguística. Dentre esses estudos, cabe ressaltar os trabalhos de Serafim da Silva Neto, Celso Cunha e Antenor Nascentes. Em 1955,

Serafim da Silva Neto elaborou o *Guia para estudos dialetológicos*, no qual apresenta critérios e ações para a realização dos estudos dialetais no Brasil. Por volta do ano de 1968, Celso Cunha, que se dedicava ao estudo da língua em seus variados aspectos, reconheceu, em seus estudos, a necessidade de desenvolver um atlas linguístico nacional. Já entre os anos de 1958 e 1961, Antenor Nascentes publicou a obra *Bases para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil*, na qual apresenta os desafios para o desenvolvimento desse projeto.

Nessa perspectiva, os estudiosos mencionados, juntamente com outros que também contribuíram para a consolidação da Dialetologia no Brasil, começaram a pensar na execução de um atlas linguístico do Brasil, mas chegaram à conclusão de que seria melhor a realização de atlas regionais, devido à dificuldade de deslocamento, falta de financiamento para pesquisa e poucos pesquisadores da área.

Somente no ano de 1996, que a ideia de fazer um atlas linguístico do Brasil foi retomada e, assim, iniciou-se a quarta fase da Dialetologia brasileira, com a implementação do projeto ALiB. Nesta fase, foram publicados vários atlas regionais, dentre eles o *Atlas Lingüístico da Paraíba* (1984), que conta com três volumes, dois deles publicados, além da publicação de dois volumes do *Atlas Linguístico do Brasil* (2014), o volume 1 de introdução – com todo o percurso metodológico – do atlas e o volume 2 com 159 cartas linguísticas, com dados de 25 capitais do Brasil.

A partir de 2014, com a publicação dos dois volumes do *Atlas Linguístico do Brasil*, iniciou-se a quinta fase dos estudos dialetológicos em território nacional. Desde então, foram desenvolvidas diversas pesquisas dialetais, tanto por docentes/pesquisadores da área quanto por alunos de pós-graduação, como dissertações e teses, e discentes de iniciação científica (todos orientados por docentes membros do ALiB), relacionadas aos fenômenos registrados nos questionários do atlas. Portanto, o ALiB configura-se um marco não só do ponto de vista cartográfico e do conteúdo, mas por ser uma publicação inovadora, que possibilitou a produção de inúmeros estudos voltados para a área da Dialetologia e Sociolinguística.

Diante desse panorama, para esta dissertação, sob o aporte teórico-metodológico da Dialetologia, nos deteremos nos *Atlas Lingüístico da Paraíba - ALPB* (ARAGÃO; MENEZES, 1984) e *Atlas Linguístico do Brasil – ALiB* (CARDOSO

et al., 2014), obras utilizadas para o cotejo dos dados encontrados na produção de Zé da Luz, objeto de nossa análise.

1.7 ATLAS LINGÜÍSTICO DA PARAÍBA – ALPB

O *Atlas Lingüístico da Paraíba - ALPB* (1984), terceiro atlas regional publicado no Brasil, faz parte do projeto *Levantamento Paradigmo-Sintagmático do Léxico Paraibano* do curso de pós-graduação em Letras da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que compreende a análise da norma culta falada e da linguagem regional escrita, visando obter uma descrição o mais completa possível do português usado neste Estado.

O ALPB (1984) resulta do trabalho de um grupo de pesquisadores da Universidade Federal da Paraíba, coordenado pela professora Maria do Socorro Silva de Aragão, juntamente com a professora Cleuza Bezerra de Menezes, que contou com um levantamento bibliográfico referente à Dialectologia e à Geolinguística.

Vale ressaltar que o atlas abrange todo o estado da Paraíba, com a rede de pontos de 25 localidades base, de acordo com o mapeamento a seguir (figura 2), e três localidades satélites para cada região base, sem, no entanto, serem apresentadas individualmente nas cartas.

Figura 2 – Redes de pontos/ ALPB



Fonte: Aragão e Menezes (1984, p. 25).

Para as entrevistas, foram selecionados informantes de ambos os sexos, de acordo com a faixa etária, de 30 a 75 anos, e com nível de escolaridade até ensino primário completo. Como instrumento de coleta de dados, as autoras elaboraram um questionário com 877 questões, dividido em: geral, que contempla 289 perguntas referentes aos campos semânticos terra, homem, família, utensílios domésticos e habitação, aves e animais, plantação e atividades sociais; e específico, composto por 588 questões voltadas para o registro das variantes para mandioca, agave, cana-de-açúcar, algodão e abacaxi.

Ademais, a obra é composta por três volumes, sendo que dois já foram publicados. O primeiro volume traz as cartas léxicas e fonéticas do questionário geral, enquanto o segundo volume nos apresenta os dados histórico-geográficos da Paraíba, os dados geoeconômicos e socioculturais dos 25 pontos, a ficha dos informantes, a análise fonético-fonológica, a análise morfossintática e o glossário do material levantando por meio do questionário geral.

A respeito do terceiro volume, Aragão (2005) afirma que o material está coletado e será composto pelas cartas léxicas e fonéticas do questionário específico. A autora ainda ressalta a riqueza do material colhido para o ALPB que, “por sua riqueza em quantidade e qualidade, permite análises diversas, do nível fonético-fonológico ao semântico; do léxico ao morfo-sintático” (ARAGÃO, 2005, p. 82).

1.8 ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL – ALiB

O *Atlas Linguístico do Brasil – ALiB* (2014) faz parte de um empreendimento mais amplo, de caráter nacional, o Projeto Atlas Linguístico do Brasil (Projeto ALiB), desenvolvido no campo da Dialetoologia e com base na Geolinguística, visando descrever a realidade do português brasileiro a partir da coleta de dados *in loco*, realizada em distintas regiões do Brasil. O projeto ALiB foi idealizado na década de 1950, por linguistas e filólogos brasileiros, que ressaltavam a importância e a necessidade de se desenvolver um atlas linguístico nacional.

Nascentes (1958, p. 7) afirma que, “depois de Gilliéron, o fundador da geografia linguística, nenhum verdadeiro estudioso da filologia nega o valor dos atlas linguísticos nem o seu caráter de indispensáveis”. Dessa forma, em 1952, foi promulgado pelo governo o decreto nº 30.643, que estabelece como objetivo principal, da comissão de Filologia da casa de Rui Barbosa, a elaboração de um

atlas linguístico do Brasil. No entanto, inúmeras dificuldades impediram sua realização, o que levou os dialetólogos a iniciarem o trabalho de mapeamento da língua portuguesa no Brasil para o desenvolvimento de atlas regionais. A esse respeito, Cardoso esclarece que

Esse projeto não chegou, por razões diversas, a ser realizado, e os motivos apontados para o não cumprimento da Lei se prendem a dificuldade de deslocamento, pouca facilidade de financiamento para pesquisa, sobretudo na área de Letras e, ainda, a inexistência de um número suficiente de pesquisadores na área que pudessem assumir empreitada de tal porte (CARDOSO, 2009, p. 188).

Em 1996, foi retomada a ideia do projeto a partir de uma iniciativa da Universidade Federal da Bahia (UFBA) com outras universidades. Neste momento, formou-se também um comitê para coordená-lo, que inicialmente contou com a participação de Suzana Alice Cardoso (UFBA), Jacyra Andrade Mota (UFBA), Maria do Socorro de Aragão (UFPB/ UFC), Vanderci de Andrade Aguilera (UEL), Mário Roberto Lobuglio Zágari (UFMG) e Walter Koch (UFRGS).

O projeto tem por meta o mapeamento do português falado em 250 pontos distribuídos por todo território brasileiro, que representam as diversas regiões do país, conforme esclarece a carta V (figura 3), junto a 1.100 informantes de ambos os sexos, de duas faixas etárias (18 a 30 anos e 50 a 65 anos) e de dois níveis de escolaridade, sendo ensino fundamental incompleto e universitário para os informantes da capital.

Figura 3 – Rede de pontos/ ALiB



Fonte: Cardoso *et al.* (2014, p. 54).

No que diz respeito à coleta de dados para a constituição do *corpus* do ALiB, são aplicados questionários específicos, com gravação do conteúdo das entrevistas. Os questionários são divididos em três partes, sendo direcionados para os aspectos: fonético-fonológico (159 perguntas), semântico-lexical (202 perguntas) e morfossintático (49 perguntas). Acrescentam-se a esses questionários algumas questões de pragmática (4 perguntas), de metalinguística (6 perguntas), temas para discursos semidirigidos e um texto para leitura.

Em 1998, foi publicada a primeira versão dos questionários para a aplicação de caráter experimental, realizada em diferentes localidades do Brasil. Logo após, procedeu-se uma análise crítica e a reformulação desses questionários para a publicação da versão final a ser aplicada em todo território brasileiro. Com base nos dados coletados por meio deste instrumento da metodologia do ALiB, desenvolveu-se o *Atlas Linguístico do Brasil* (2014), dividido em dois volumes e com dados de 25 capitais.

Assim, com base nas reflexões acerca dos aspectos referentes à língua portuguesa, bem como da teoria dos estudos dialetais, a qual sustenta esta

pesquisa, e dos atlas, que servem de base para a nossa análise, apresentamos os aportes teóricos que fundamentam esta investigação para, no próximo capítulo, contextualizarmos o nosso objeto de estudo.

2 CONTEXTO DE PESQUISA: O QUE SABEMOS SOBRE O CORDEL, SEU AUTOR E SUA TERRA NATAL

Neste capítulo, contextualizamos o nosso objeto de pesquisa: o cordel e sua história. Primeiramente, traçamos um panorama histórico da literatura de cordel, buscando a sua origem ibérica até a sua chegada ao Brasil, além de apresentarmos a obra *Brasil caboclo – O sertão em carne osso* (1979), do cordelista Zé da Luz, ressaltando a espontaneidade de seus versos e sua linguagem simples e regional oriunda da cultura oral, e sua terra natal, a Paraíba.

2.1 LITERATURA DE CORDEL: ORIGEM IBÉRICA

Entende-se por literatura de cordel a poesia popular vendida em praças públicas e feiras, geralmente presa em barbantes ou cordas para sua exposição ao público; por isso, a expressão *literatura de cordel*. Inicialmente, o cordel era conhecido como livreto, livrinho de feira ou simplesmente folhetos. A denominação cordel somente foi empregada por intelectuais entre as décadas de 60 e 70, quando a expressão ganhou força com os trabalhos de pesquisadores estrangeiros, como do francês Raymond Cantel. Segundo Aguilar Piñal, o cordel também ficou conhecido como literatura de cego⁶, uma vez que era comercializado por indivíduos que não enxergavam.

A venda não se limitava às folhas soltas, mas também abarcava os folhetos e pequenos livros, contanto que pudessem ser segurados com um prendedor, na corda [...] quando o volume do negócio não favorecia as bancas de rua, os cegos carregavam as folhas penduradas no ombro, em um saco ou bolsa, deixando de serem propriamente “folhas de corda” (PIÑAL, 2000, p. 25, tradução nossa).⁷

Essa poesia teve sua origem na oralidade, por meio de narrativas orais, contos e cantorias, fazendo aparecerem os primeiros folhetos, que tinham métrica,

⁶ Por uma imposição régia de Dom João V, os folhetos passaram a ser comercializados pela irmandade de homens cegos de Lisboa.

⁷ Tradução livre de: “La venta no se limitaba a los pliegos sueltos, sino que abarcaba también a los folletos y libritos pequeños, con tal que pudiesen sostenerse, con una pinza, um el cordel [...] cuando el volumen del negocio no propiciaba estos tenderetes callejeros, los ciegos llevaban los pliegos colgados del hombro, um um talego o zurrón, con lo cual dejaban de ser propriamente ‘pliegos de cordel’”.

ritmo e rimas. Zumthor (1993) ressalta que as tradições orais desempenharam um importante papel na história da humanidade, graças a essas tradições que as civilizações arcaicas e muitas culturas das margens ainda mantêm. Sobre os caminhos que essa literatura percorreu, Meyer atesta que,

Em todo o mundo, desde tempos imemoriais, à grande tradição da literatura escrita culta correspondeu sempre, em todas as culturas, a pequena tradição oral de contar. Às vezes, porém, o contador pegava lápis e papel e se punha a escrever – ou a ditar – o que já estava havia tempo em sua memória, ou o que de novo inventava, ampliando um pouco o seu público. Quando surgiram as máquinas impressoras, a divulgação dessas obras de pequena tradição literária estendeu-se a um número maior de leitores: algumas eram escritas em prosa; a maioria, porém, aparecia em versos, pois era mais fácil, a um público analfabeto, decorar versos e mais versos, lidos por alguém. Esta foi a trajetória daquilo que se chamou, na França, literatura de colportage (mascate); na Inglaterra, chapbook ou balada; na Espanha, pliego suelto; em Portugal, literatura de cordel ou folhas volantes (MEYER, 1980, p. 3).

Os primeiros registros da literatura de cordel foram encontrados na Espanha, em meados do século XVI, quando atingiu seu auge, após o surgimento da imprensa e a popularização dessa arte. Os *pliegos sueltos*, como eram chamados os cordéis, tratavam da cultura dos cavaleiros dos palácios, narrando os romances cavaleirescos, as histórias de lutas e guerras, de amor e traição, bem como as catástrofes que assolavam o povo da Europa, como a fome, as enchentes e a peste. Por seu lado, o cordel português abordava fatos históricos e cenas do cotidiano, narrados sob a forma de prosa ou poesia erudita. Somente nos séculos XVIII e XIX que passaram a abordar outros assuntos.

A primeira notícia sobre o cordel português estaria ligada ao poeta Gil Vicente, que teria publicado algumas de suas peças em forma de cordel, tais como o *Dom Duardos* e o *Pranto de Maria*, que foram vendidos como literatura de cordel durante vários séculos. Os autores Baltazar Dias, Afonso Álvares e Ribeiro Chiado também foram considerados pela crítica como autores de cordel. As pessoas de baixa condição social não eram os únicos que se dedicavam à produção de folhetos, pois “professores, advogados, médicos, militares faziam de alguma forma parte da elite e eram autores de cordel” (ABREU, 1999, p. 42). Logo, os cordéis portugueses não eram destinados exclusivamente à camada popular, pois, ao serem escritos por indivíduos de distintas classes sociais e vendidos a baixo preço em locais públicos,

atingiam leitores de diferentes condições econômicas. Dessa forma, o cordel lusitano é tido como fruto da imprensa e de um projeto editorial, visto que sua produção, distribuição e consumo estariam ligados ao preço das edições e não ao conteúdo.

2.2 ORIGEM BRASILEIRA

A origem da literatura de cordel no Brasil e seu desenvolvimento na região Nordeste é um tema que tem gerado muitas discussões e controvérsias entre os pesquisadores. Há quem diga que o cordel brasileiro tem sua origem ligada ao cordel português. O pesquisador Diégues Júnior, por exemplo, afirma que

A presença da literatura de cordel no Nordeste tem raízes lusitanas; veio-nos com o romanceiro peninsular, e possivelmente começam esses romances a serem divulgados, entre nós, já no século XVI, ou, no mais tardar, no XVII, trazidos pelos colonos em suas bagagens (DIÉGUES JÚNIOR, 1986, p. 31).

Da mesma forma que afirma Diégues Junior, Galvão (2001) entende que as origens da literatura de cordel encontrada no Brasil estariam ligadas à literatura de cordel portuguesa, trazida para o Brasil pelos colonizadores em folhas soltas ou em manuscritos⁸ e que se estabeleceu na região Nordeste, onde os valores trazidos pelos colonizadores teriam sido aceitos, sobretudo nos estados do Ceará, da Paraíba, de Pernambuco e do Rio Grande do Norte.

No Nordeste [...], por condições sociais e culturais peculiares, foi possível o surgimento da literatura de cordel, de maneira como se tornou hoje em dia característica da própria fisionomia cultural da região. Fatores de formação social contribuíram para isso; a organização da sociedade patriarcal, o surgimento de manifestações messiânicas, o aparecimento de bandos de cangaceiros ou bandidos, as secas periódicas provocando desequilíbrios econômicos e sociais, as lutas de família deram oportunidade, entre outros fatores, para que se verificasse o surgimento de grupos de cantadores como instrumentos do pensamento coletivo, das manifestações da memória popular (DIÉGUES JUNIOR, 1986, p. 40).

⁸ *Princesa Magalona* e *Donzela Teodora* teriam sido os primeiros manuscritos trazidos pelos portugueses e que influenciaram o cordel brasileiro.

A literatura de cordel teria se desenvolvido nessa região com maior vigor devido ao meio social que endossa e cultua os valores recebidos com a colonização. Em razão disso, os primeiros cordéis ainda apresentavam traços do cordel europeu, narrando histórias medievais; aos poucos o poeta popular foi moldando essa literatura e passou a retratar os aspectos culturais do Nordeste e a abordar fatos do dia a dia do povo sertanejo.

A estrutura dos poemas também sofreu alterações para se adaptar às necessidades do povo nordestino, já que o folheto de cordel era um dos principais meios de informação da população, visto como o único meio de informação confiável, até mais que o jornal (GALVÃO, 2001). Com versos de fácil entendimento e estrutura rítmica contagiante em que a história é contada no decorrer da canção, os folhetos eram lidos em voz alta e coletivamente, na casa de parentes e vizinhos. Dessa maneira, os cordéis eram tidos como lazer e informação, que socializava o público que se reunia para ouvi-los.

No entanto, não há um consenso entre os estudiosos sobre a sua origem europeia. Marcia Abreu (1999) associa a origem do cordel brasileiro com outras formas de poesia oral que existiam no Nordeste, como os desafios e as pelepas. Ainda, ressalta que os folhetos nordestinos apresentam características próprias, como explica Rodolfo Coelho Cavalcante em seu cordel:

No Brasil é diferente
O cordel-literatura
Tem que ser todo rimado
Com sua própria estrutura
Versificado em sextilhas
Ou senão em setilhas
Com a métrica mais pura.

Nesse estilo o vate escreve
Em forma de narração
Factos, romances, histórias
De realismo, ficção;
Não vale cordel, em prosa,
E em décima na glosa
Se verseja no sertão
(CAVALCANTE, 2000, p. 37).

Neste poema, o autor ressalta que o cordel brasileiro só é considerado como tal se for rimado, com estrofes em sextilha, setilha ou décima e narrar fatos do cotidiano, romances e histórias. Desse modo, a literatura de cordel nordestina segue

regras específicas para sua composição e apresentação dos folhetos, o oposto da literatura de cordel lusitana, que não obedece a regras tão rígidas, podendo ser escrita em prosa, em verso ou na estrutura de peça de teatro. Assim, a literatura nordestina destaca obras e autores que apresentam a mesma estrutura formal (Leandro Gomes de Barros e Francisco das Chagas Batista), enquanto a literatura de cordel portuguesa privilegia obras com diferentes estruturas formais, como as de Gil Vicente e de Baltazar Dias.

Outro fator que ressalta as particularidades do folheto brasileiro é o cenário histórico, que oferece explicações quanto ao seu desenvolvimento e novos temas para as narrativas. “A vida nordestina parece ser palco e a fonte dos folhetos [...] essa produção sempre esteve fortemente calcada na realidade social na qual se inserem os poetas e seu público” (ABREU, 1999, p. 119). A maior parte dos folhetos nordestinos impressos nos primeiros anos tinha como tema o cangaceirismo, a exploração dos trabalhadores, o custo de vida, o baixo salário e a seca. Nos cordéis brasileiros, as discussões das diferenças econômicas e o estado de indignação e lamentação eram/são constantes. Logo, a literatura de cordel nordestina e a portuguesa se distinguem quanto à estrutura formal, pois o cordel produzido na Europa não obedecia a regras rígidas ou formais, os textos eram escritos no formato de prosa e, quando ocorria de ser feito em versos rimados, era somente em quadras ou em redondilha maior. Já o cordel brasileiro segue regras rígidas de composição e de apresentação do material. Os folhetos são escritos em versos, sendo em sextilhas ou em décimas, possuem de oito a dezesseis páginas, o título e a xilogravura da capa apresentam um resumo da história; os temas das narrativas também se distanciam, uma vez que as histórias do cordel português eram baseadas apenas no romanceiro ibérico, enquanto que as narrativas dos folhetos nordestinos retratam temáticas regionais e fatos do cotidiano; o tratamento dado aos temas e aos personagens é outro aspecto que os diferencia, visto que os cordéis europeus tratavam de reis, condes e cavaleiros, apresentando um mundo onde não havia conflitos entre as classes sociais e o bem enfrenta o mal dentro de uma mesma camada social, ao passo que os poemas do Nordeste do Brasil narram histórias sobre o homem sertanejo, associando riqueza e maldade, pobreza e bondade. Neste caso, existe uma luta entre as classes, onde os ricos são maus e os pobres são bons e honestos.

O primeiro cordel brasileiro conhecido foi a cantoria de viola dos poetas⁹ da Serra do Teixeira, na Paraíba, no final do século XVIII. Já no final do século XIX, surgiram as primeiras impressões de folhetos de cordel, tendo como precursor o poeta Leandro Gomes de Barros. A partir dessa época, o cordel deixou de ser apenas cantado e passou a ser escrito, “constituindo a forma impressa um meio de expansão da oralidade” (LONDRES, 1983, p.15, prefácio).

A literatura de cordel no Brasil teve seu auge no ano de 1930, quando iniciaram as montagens das redes de produção e distribuição dos folhetos, centenas de folhetos foram publicados e o editor deixou de ser o próprio poeta. Dentre os editores daquela época, o que mais se destacou foi João Martins de Athayde, responsável por toda a obra de Leandro Gomes de Barros. Em 1950, a literatura de cordel se espalhou para as regiões Centro-sul e Norte do país, devido à grande migração de nordestinos para essas regiões. Assim, o sertanejo, em busca de melhores condições de vida, acabou migrando para outros estados e levou consigo os folhetos, o que contribuiu para sua disseminação e da cultura popular nordestina.

Porém, o cordel foi muito estigmatizado e tratado como algo de menor importância devido a sua linguagem informal e regionalizada, pois, no contexto cultural mais elitizado, o que não fazia parte do modelo padrão de escrita era tido como erro, visto que existia a ideia de que a poesia popular era para as classes menos favorecidas, enquanto a literatura erudita, produzida por escritores formados nas universidades, destinava-se à elite. Com o passar do tempo, os intelectuais passaram a se interessar pelo cordel e este passou a abordar uma diversidade de temas, mas ainda havia certo preconceito por causa da sua aproximação com a língua falada.

Sendo assim, o cordel é uma manifestação popular oriunda da cultura oral e, por isso, é comum encontrar, em seus versos, expressões da oralidade, como ditos populares, expressões metafóricas, citações de provérbios, cantigas, frases fixas do cotidiano, entre outras. Portanto, a escrita dos folhetos corresponde à língua falada, como veremos a seguir na obra *Brasil caboclo – O sertão em carne e osso* (1979), na qual o poeta Zé da Luz faz uso de uma linguagem coloquial, utilizando palavras regionais e populares.

⁹ Agostinho Nunes da Costa foi o primeiro cantador desse grupo.

2.3 A POESIA DE ZÉ DA LUZ

O poeta paraibano Severino de Andrade Silva, mais conhecido como Zé da Luz (figura 4), nasceu na cidade de Itabaiana, em 29 de março de 1904, filho de pais pobres, estudou somente até o terceiro ano do primário. Após a morte de seu pai, deixou a escola e começou a trabalhar como alfaiate e, alguns anos depois, mudou-se para o Rio de Janeiro. Lá exerceu a profissão de alfaiate até o ano de 1951, quando foi aposentado por invalidez pelo instituto dos comerciários. No Rio de Janeiro, trabalhou ao lado da livraria José Olympio, local visitado por escritores renomados da literatura brasileira, como Manuel Bandeira e José Lins do Rêgo. Assim, Zé da Luz passou a ter contato com outros autores e iniciou sua carreira como escritor.

Figura 4 – Zé da Luz



Fonte: Cultura nordestina (2009, p. 1).

No ano de 1936, o poeta publicou sua primeira obra *Brasil Caboclo*. O livro foi um sucesso editorial e recebeu vários elogios da crítica. Para o professor Euclides César (1979), a obra *Brasil Caboclo* “é uma coletânea de estrofes impregnadas desse cheiro penetrante da flor do manacá, respirando pura brasilidade”. O jornalista Eudes Barros (1979), por sua vez, afirmou que “Não há nada de falso, de artificial, de literário nos versos de Zé da Luz. É um livro de carne e osso. Um livro que vive. Um livro humano”.

Em 1954, Zé da Luz publicou sua segunda obra *Sertão em carne e osso*. Esse livro é mais triste e mais lírico do que o primeiro, seus versos marcam a saudade e a distância de sua terra natal, a qual considera seu berço e fonte de inspiração, mas que o destino lhe negou para ser seu túmulo, como podemos observar no cordel *Voz do coração*:

PARAÍBA, minha terra!
Tudo quanto em mim se encerra,
De pureza e de verdade,
Vai nesses versos, que são
A voz do meu coração,
O grito de uma Saudade:

- Peço a Deus que não me falte
A lucidez do espírito
Na hora da minha morte,
Pra que eu busque o Infinito,
A minha morte cantando,
E deixe a vida pensando
Na PARAÍBA DO NORTE!!! (LUZ, 1979, p. 135).

No mesmo ano de sua publicação, o poeta Manuel Bandeira escreveu uma crítica sobre a obra *Sertão em carne e osso*, na revista *Sul América*:

[...] a saudade da sua Paraíba, da ainda mais sua Itabaiana veio desovando os versos deste BRASIL EM CARNE E OSSO [...] Versos que confirmam o juízo de José Lins do Rêgo, para quem Zé da Luz é cantador tão autêntico como as patativas de Mamanguape, os curios de Gramame, as cigarras de Areia: José Lins Rêgo, nosso grande Zé Lins, que se confessou mais paraibano, mais filho do Pilar, depois de ler os poemas de BRASIL CABOCLO (*apud* LUZ, 1979, p. 11, prefácio).

Posto isso, os poemas de Zé da Luz se caracterizam pela espontaneidade e força poética, que nos remetem ao sertão e ao homem nordestino. Segundo Rosa (2008, p. 31), sua poesia “faz florescer um vasto campo de possibilidades, permitindo-nos o estudo da sua história de vida, da sua linguagem, da sua crítica de forte cunho social e das imagens e discursos do sertão”. Por meio de sua linguagem simples e estilo regionalista, o poeta valoriza a essência da linguagem sertaneja e sua tão amada Paraíba, conforme atestou José Lins Rêgo, em seu prefácio:

[...] lendo-o, era como se estivesse na nossa terra, no convívio da nossa gente, a escutar o falar arrastado do povo, nos erres comidos,

nos eles sem força. Mas falar que me ligava à infância, aos tempos de meninos de engenho, às conversas de eito, aos dias de festa, aos cantadores do sertão, aos mestres de viola, às histórias de valente, aos romances de amor puro como as flores das caatingas, no inverno. [...] Toda a Paraíba está na sua poesia (LUZ, 1988, p. 9, prefácio).

Suas obras renderam mais de cinco edições, sendo que em algumas edições o título é apresentado em norma padrão *Brasil caboclo* e a sua edição mais recente, publicada em 1999, apresenta o título em norma não padrão *Brasí cabôco*, valorizando a cultura oral. Apesar do reconhecimento de seu trabalho e da valorização de sua espontaneidade, houve certo preconceito por parte de alguns interlocutores em relação ao processo de construção dos poemas oriundos da cultura oral, como podemos observar nos discursos presentes no apêndice da obra de Zé da Luz (1979):

Zé da Luz, criador da aplaudida “As Flô de Puxinanã”, continua vivendo como vais, sem essa preocupação de gramática, deixando que a natureza cante pelos teus versos rudes – “rudes como a vegetação do Nordeste, de cactus, que projetam, porém perspectivas suaves e maravilhosas (De Castro e Silva, Paraíba, 1936).

O seu livro “Brasil Caboclo”, traduz, em verdade, a poesia brasileira. Não é, simplesmente, o versejador comum, que procura criar nome dando um pouco de cadência ao que lhe sai da pena. É psicólogo, inculto embora, que devassa a alma da gleba e dos filhos, decantando-a em estrofes simples e enternecedores (A república – trechos de uma crônica. Natal, 1936).

Os versos cheios de encantadora poesia matuta, refertos do doce enleitamento da alma sertaneja, sincera e apaixonada, traem poeta regional cuja musa reponta com suavidade e borbulha cascatamente, com a espontaneidade da água corrente de veio cristalino (Filgueiras Júnior).

Os discursos apresentados expõem termos pejorativos (rude, inculto, simples e matuta) que apontam para uma concepção discriminatória em relação à cultura oral, pois, ao mesmo tempo em que exaltam o poeta e sua poesia, o consideram inculto devido à falta de uma formação letrada e culta, caracterizam seus versos como rudes, com estrofes simples e sua linguagem oral como matuta. Apesar da visão pejorativa destes interlocutores, a obra de Zé da Luz foi muito aclamada pela crítica e sua linguagem espontânea vista como uma forma de expressão. Assim, em *Brasil caboclo – O sertão em carne e osso (1979)*, o poeta enaltece a Paraíba, traz

as vozes silenciadas do sertão e preserva, em seus cordéis, a linguagem regional, ressaltando, em seus versos, a cultura nordestina, bem como explora a riqueza do vocabulário usado nesta região, levando a consciência da diversidade linguística da língua portuguesa.

Para compreender melhor a região selecionada para a investigação, haja vista que o foco da pesquisa é o falar paraibano, apresentamos, na próxima seção, um panorama histórico do estado da Paraíba, área dialetal investigada no ALPB (1984) e no ALiB (2014), e terra natal de Zé da Luz.

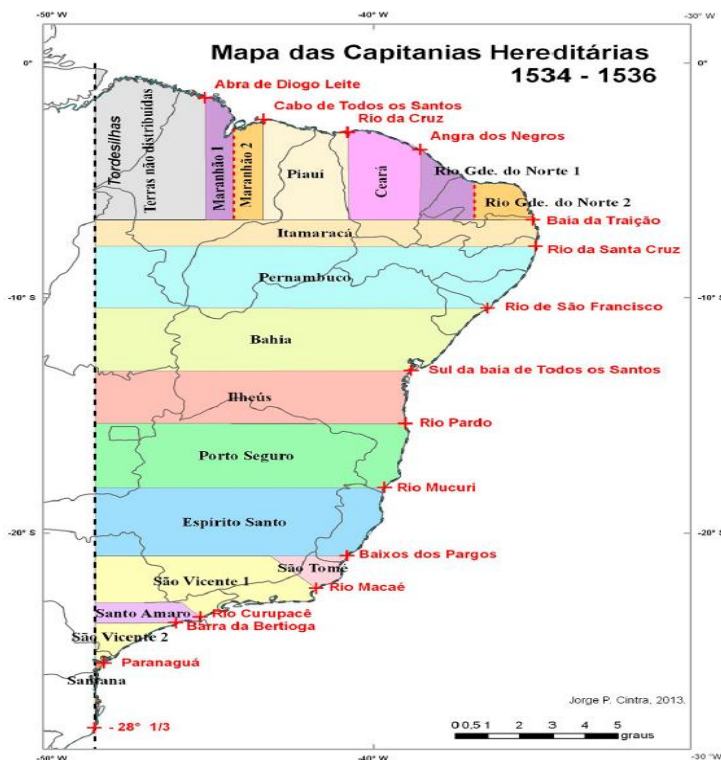
2.4 PARAÍBA: PANORAMA HISTÓRICO

A Paraíba, segundo Miranda Freire (1974), constituiu-se como umas das mais importantes Capitânicas no período colonial brasileiro, em virtude da qualidade do pau-brasil ali encontrado, a lavoura açucareira e sua localização como espaço estratégico para a expansão da colonização lusitana para o Norte do país. Seu território, antes do descobrimento do Brasil em 1500, era povoado por diversas tribos indígenas, entre as quais estavam os índios tabajaras, potiguaras, cariris e ariús.

Inicialmente, os portugueses estavam voltados para o comércio de especiarias nas Índias e, conseqüentemente, tardaram a explorar economicamente o Brasil. Em razão do desinteresse lusitano, a colônia passou a ser explorada por piratas e corsários, em sua maioria, franceses que iniciaram a extração do pau-brasil, visto que era considerado valioso, pois de sua madeira se extraía um pigmento usado para tingir tecidos na Europa. Esses invasores estabeleceram uma boa relação com os nativos, o que possibilitou realizar o “escambo”, no qual os indígenas ofereciam sua mão de obra em troca de algum objeto, considerado sem valor pelos portugueses. Diante disso, o império português, que estava preocupado com a expansão do contrabando na colônia, passou a enviar expedições ao Brasil, visando pôr fim ao comércio ilegal, porém essas expedições foram derrotadas por franceses e indígenas.

Em 1534, o rei de Portugal decidiu criar o sistema de capitânicas hereditárias, que tinha por objetivo colonizar e explorar, assim a colônia portuguesa foi dividida em quinze capitânicas para doze donatários. Dentre elas, destaca-se a Capitania de Itamaracá, que se estendia do Rio da Santa Cruz até a Baía da Traição (figura 5).

Figura 5 - Capitânicas Hereditárias



Fonte: CINTRA (2017, p. 205).

De início, sua posse foi delegada a Pedro Lopes de Souza, mas este não pode assumir, em seu lugar assumiu o administrador Francisco Braga que, posteriormente, levou a capitania à falência. Logo após, o administrador João Gonçalves ficou encarregado de reerguer a capitania, fazendo algumas melhorias, como a fundação da Vila Conceição e a construção de engenhos. No entanto, com a sua morte, a capitania permaneceu sem cuidados, facilitando a entrada de invasores e a continuidade do tráfico de madeira. Além disso, eram frequentes os confrontos entre os potiguaras e os portugueses que habitavam a região. Os constantes conflitos culminaram, em 1574, na “tragédia de Tracunhaém”, incidente no qual os índios assassinaram todos os habitantes do engenho de Tracunhaém, em Pernambuco. Após a tragédia, o rei de Portugal D. João III desmembrou Itamaracá, dando origem à Capitania do Rio Paraíba. Era de interesse da coroa portuguesa conquistá-la, pois isso garantiria o fim da aliança entre Potiguaras e franceses, além de que permitiria estender a colonização para o Norte do Nordeste. Por isso, quando o governador geral D. Luís de Brito recebeu a ordem de desmembrar Itamaracá, também foi instruído a castigar os índios responsáveis pelo massacre, expulsar os

invasores franceses e fundar uma cidade. Dessa forma, iniciaram-se as cinco expedições para a conquista da Paraíba.

A primeira expedição ocorreu em 1574, sob o comando do ouvidor geral D. Fernão da Silva que, inicialmente, pensou ter conquistado as terras sem enfrentar resistência, porém era uma armadilha e sua tropa foi emboscada pelos nativos, tendo que recuar para Pernambuco; a segunda começou no ano de 1575 e foi liderada pelo governador geral D. Luís de Brito, no entanto os ventos fortes impediram a expedição de chegar à Paraíba; a terceira expedição aconteceu em 1579, comandada pelo capitão Frutuoso Barbosa que impôs a condição de que, se conquistasse a Paraíba, ele a governaria durante dez anos, mas essa decisão lhe trouxe muitas perdas, pois, quando estava a caminho da região, sua tropa enfrentou uma tempestade e teve que voltar para Portugal, após o retorno sua esposa faleceu; a quarta iniciou em 1582, com o comandante Frutuoso Barbosa, o qual estava decidido a conquistar a capitania, mas acabou em uma armadilha dos franceses e dos indígenas, o que resultou na morte de seu filho e sua desistência da conquista; por fim, em 1584, ocorreu a quinta expedição, contando com a participação de Diogo Flores de Valdés, Felipe Moura e de Frutuoso Barbosa. Após o confronto, eles conseguiram finalmente expulsar os franceses, conquistar a Paraíba e construir os fortes de São Tiago e São Felipe.

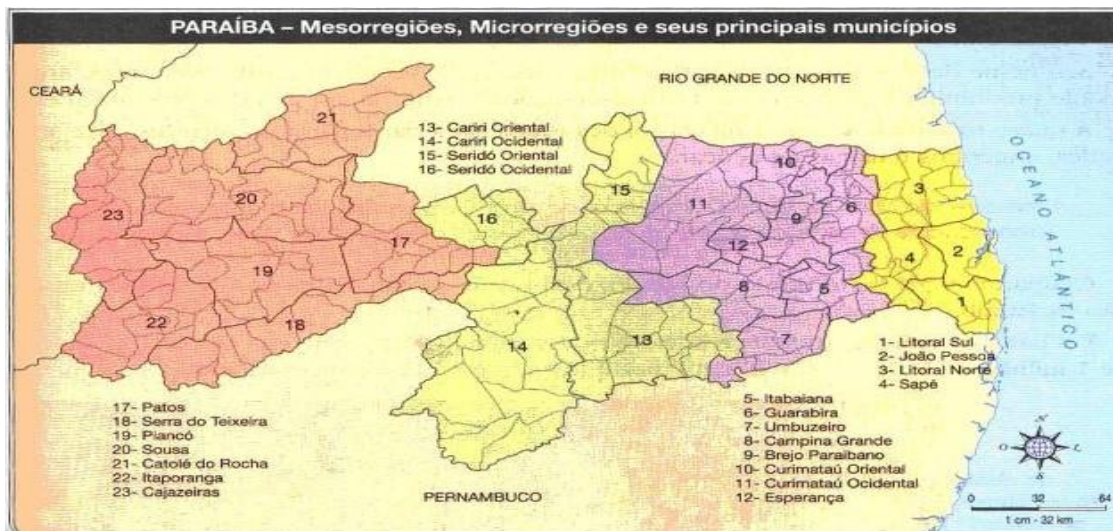
No entanto, a real ocupação da Paraíba só começou em 1585, quando o ouvidor geral Martim Leitão organizou a expedição para a conquista, com uma tropa composta por brancos, índios e escravos. Ao chegar à Paraíba, encontraram nativos sem defesa e os aprisionaram, porém os soltaram, visto que estes eram Tabajaras, rivais dos Potiguaras, aliados dos franceses. Logo após esse evento, Leitão tentou uma aliança com os Tabajaras, mas eles a recusaram. Contudo, de forma inesperada, os Tabajaras se uniram aos portugueses, derrotando, assim, os seus rivais. Essa aliança resultou no início da real ocupação da Paraíba; sem a ajuda dos nativos, a conquista não seria possível.

A partir disso, Martim Leitão deu início à ocupação e escolheu uma planície localizada entre o oceano Atlântico e o Rio Paraíba para construir a cidade de Nossa Senhora das Neves, sendo essa a terceira cidade a ser fundada no Brasil e a última do século XVI. Com o passar do tempo, em decorrência da Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, a Província se tornou um Estado e a cidade

de Nossa Senhora das Neves recebeu, em 1930, o nome de João Pessoa, sendo essa a capital da Paraíba.

Atualmente, o Estado da Paraíba, culturalmente influenciado por ibéricos, indígenas e africanos, é considerado o quinto mais populoso do Nordeste do Brasil, com 3.766.528 habitantes (IBGE, 2010), e conta com 223 municípios, divididos em 4 mesorregiões, sejam elas: Mata Paraibana, Agreste Paraibano, Borborema e Sertão Paraibano, que se diferenciam por suas características próprias e as formas de organização socioeconômica e política. Tais mesorregiões se subdividem em 23 microrregiões, as quais são: Brejo Paraibano, Cajazeras, Campina Grande, Cariri Ocidental, Cariri Oriental, Catolé do Rocha, Curimataú Ocidental, Curimataú Oriental, Esperança, Guarabira, Itabaiana, Itaporanga, João Pessoa, Litoral Norte, Litoral Sul, Patos, Piancó, Sapé, Seridó Oriental, Seridó Ocidental, Serra do Teixeira, Sousa e Umbuzeiro, de acordo com o mapa a seguir (figura 6).

Figura 6 – Paraíba



Fonte: Aula de geografia (2011, p. 1).

Das 223 cidades, foram pontos de estudo do Atlas Lingüístico da Paraíba (1984): 25 localidades, e do Atlas Lingüístico do Brasil (2014): 06 localidades, dentre elas está Itabaiana (ponto 5 do ALPB), a cidade natal do cordelista Zé da Luz.

Neste capítulo, contextualizamos o nosso objeto de estudo, apresentando, além da trajetória da literatura de cordel, desde sua origem à chegada ao Brasil, um panorama da história da Paraíba e a poesia do cordelista Zé da Luz, analisada conforme os procedimentos metodológicos apresentados no próximo capítulo 3.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, discutimos os fundamentos metodológicos da pesquisa, destacando a revisão bibliográfica realizada em bancos de dados eletrônicos e a caracterização da pesquisa, além de apresentar a abordagem mais apropriada para o estudo da variação lexical no cordel, seguida da constituição do *corpus* e dos procedimentos de análise.

3.1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Na revisão bibliográfica foram consultadas literaturas referentes à variação linguística na literatura de cordel. Realizamos uma busca eletrônica no banco de teses e dissertações da CAPES, no catálogo online da UEL, no google acadêmico e na biblioteca digital brasileira de teses e dissertações (BDTD), utilizando os termos “literatura de cordel”, “variação linguística”, “oralidade” e “escrita”. Encontramos um total de dezessete textos, que variam de 1999 a 2018, sendo três artigos, sete dissertações, três teses e quatro livros.

Essas pesquisas, em sua maioria, abordam o gênero cordel, mas seu foco de análise não é a variação linguística. Desse modo, selecionamos os trabalhos de Dias (2018), Rego (2009), Teles (2017), Aflitos, Santos e Silva (2011), Santos (2013) e Melo Neta e Santiago (2012), textos que se concentram exclusivamente no estudo das variedades linguísticas presentes na escrita de cordel.

A tese de Dias (2018) visa analisar a literatura de cordel, buscando enfatizar a reiterabilidade nos critérios de variação e mudança. Para tanto, a autora analisou 100 cordéis, escritos por poetas nordestinos, para identificar, na fraseologia, o processo de permanência e inovação que mais se repetem nos folhetos. A autora afirma que a reiterabilidade é verificada pela funcionalidade do texto, o qual é composto pelos mecanismos textuais e pelas figuras de linguagem. Apesar de ser um texto escrito, o cordel faz uso de expressões da oralidade, como frases do meio cotidiano, expressões aglutinadoras, adverbiais, verbais, fórmulas fixas diárias e proverbiais, a qual se atesta pelo estudo fraseológico, e não pelo efeito sonoro do poema. Dias (2018) conclui que não existe um único destinatário, pois o texto é passado de um leitor para outro, o que possibilita sua variabilidade. Um leitor pode criar novas imagens, reconstruir fatos ouvidos e construir novas perspectivas para a

narrativa ouvida. Dessa forma, a estrutura e o formato do cordel possibilitam ir de uma simples leitura solitária às práticas sociais, permitindo a continuidade do texto entre os leitores.

A dissertação de Rego (2009) tem por objetivo investigar de que maneira o trabalho com a variação linguística pode contribuir para uma educação linguística eficaz e aplicar uma sequência didática contemplando as variações da língua portuguesa. Diante disso, a autora propõe um trabalho com o cordel, pois este gênero literário é essencial para uma melhor compreensão da diversidade linguística, visto que possibilita a ampliação do contato e o conhecimento de diferentes universos culturais. Rego (2009) chega à conclusão de que é fundamental conhecer as variações da língua, uma vez que não existe uma língua homogênea e uniforme, mas afirma que há determinadas situações comunicativas que exigem o uso do padrão culto, em que a escolha pela modalidade não padrão é vista como negativa. Logo, cabe à escola ensinar o aluno a utilizar a língua em diferentes contextos.

A pesquisa apresentada por Teles (2017) propõe uma intervenção pedagógica a partir de sequências didáticas, visando investigar o tratamento dado à variação linguística nas aulas de língua portuguesa. Em razão disso, o autor adota o cordel como instrumento para alcançar o objetivo proposto, uma vez que este gênero representa e traduz a cultura regional, bem como possibilita identificar em seus versos aspectos linguísticos, que traduzem a variação linguística. Dessa maneira, a sequência didática promoveu um trabalho reflexivo a partir do estudo do cordel, proporcionando aos alunos o aprendizado das variedades linguísticas e auxiliando na ressignificação do preconceito linguístico que demonstravam.

O texto de Melo Neta e Santiago (2012) visa discutir os aspectos relacionados à variação linguística a partir do estudo do cordel *As duas mulheres valentes*, de José Francisco Borges, com o objetivo de retratar a variação na literatura de cordel e compreender sua função como ferramenta pedagógica. Para desenvolver esse estudo e observar os dados levantados, as autoras utilizaram como base os pressupostos teórico-metodológicos da Linguística aplicada, pensando no uso da linguagem. Elas chegam à conclusão de que o estudo da variação linguística representada na literatura de cordel possibilita uma valorização da cultura popular.

A pesquisa de Santos (2013) tem por objetivo defender o uso da literatura de cordel como mediadora do estudo das variantes da linguagem oral. A partir da

análise do cordel *A triste partida*, de Patativa de Assaré, a autora investiga elementos da cultura popular, buscando compreender como o uso deste gênero pode repercutir no desenvolvimento linguístico, social e cultural dos alunos. Esse estudo faz uso do método qualitativo, uma vez que este é somente exploratório, no qual não há uma mediação numérica e conduz a uma teoria acerca do uso da literatura de cordel. A autora conclui que o gênero cordel, bem como a literatura popular são produções culturais ricas linguisticamente, sendo um instrumento de apropriação da diversidade linguística do nosso país.

O trabalho apresentado pelas autoras Aflitos, Santos e Silva (2011) teve por objetivo estudar os aspectos linguísticos na literatura de cordel, aproximando os discentes da literatura popular, da cultura do Norte e do Nordeste e das expressões próprias deste povo, pensando na tonicidade e no significado que as palavras adquirem nas relações sociais cotidianas. As autoras ainda apresentam uma abordagem sobre os conceitos de linguagem, de língua e de fala, introduzindo-os, em seguida, sob a perspectiva literária. As autoras ressaltam que existem regras e normas para definir um padrão único da língua, mas que os alunos devem ter o conhecimento de que as variações também existem e que se desenvolvem de forma natural nos diversos contextos sociais. Dessa forma, esta pesquisa promoveu uma reflexão acerca da linguagem usada no Norte e Nordeste do Brasil, valorizando, assim, a cultura e as expressões que fazem parte do português falado nestas regiões.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A presente pesquisa se define como um estudo descritivo-comparativo, no aspecto lexical, entre os cordéis e os dados do *Atlas Lingüístico da Paraíba – ALPB* (1984) e do *Atlas Lingüístico do Brasil – ALiB* (2014).

A esse respeito, Gil (2008, p. 28) ressalta que as pesquisas descritivas “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”, enquanto o método comparativo

[...] procede pela investigação de indivíduos, classes, fenômenos ou fatos, com vistas a ressaltar as diferenças e similaridades entre eles. Sua ampla utilização [...] deve-se ao fato de possibilitar o estudo

comparativo de grandes grupamentos sociais, separados pelo espaço e pelo tempo (GIL, 2008, p. 16).

Nesse sentido, a escolha por este nível de pesquisa, bem como este método científico se deve ao fato de que ambos se ajustam ao nosso objetivo de analisar e descrever a variação lexical no cordel, permitindo verificar as relações existentes entre a escrita deste gênero literário e a fala regional registrada no ALPB (1984) e no ALiB (2014).

3.3 CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*

Com o intuito de estudar a variação lexical, buscando identificar aspectos da fala rural paraibana no cordel, foi constituído para esta pesquisa um *corpus* de língua escrita, a partir dos cordéis do poeta Zé da Luz. Selecionamos para análise a obra *Brasil caboclo – O sertão em carne e osso* (1979). Para a identificação dos poemas que compõem o *corpus* desta pesquisa, seguem-se os resumos conforme os quadros 1 e 2.

Quadro 1 – Brasil Caboclo

Brasí Cabôco	Narra a história do sertão nordestino, apresentando suas manifestações culturais, como as festas de São João, o samba de coco e as emboladas.
Na Morte do Mestre	Comenta sobre a morte do mestre Catulo, um dos maiores trovadores.
As Flô de Puxinanã	Conta a história de três mulheres, as mais belas do sertão.
Gratidão de Cabôco	Retrata a gratidão do homem, que se pudesse daria o mundo como forma de agradecimento.
O São João do Balaiêro	Narra a história do Balaiêro, um sujeito que, após a festa de São João, foi atropelado por um caminhão e morreu na estrada, olhando para a lua e as estrelas.
A Terra Caiu no Chão	Conta a história de um homem que visitou o sertão e levou embora um punhado de terra para guardá-lo em seu caixão quando a morte chegasse.
Vingança do Cabôco	Narra a história de um caboclo com fama de atirador, que se apaixonou e se casou, mas sua mulher também era a paixão de outro homem, que teve sua vingança em um desafio, no qual o atirador matou sua própria amada.
A Cacimba	Fala de um poço, onde as moças costumam tomar banho.
Fulô de Mussambê	Retrata a história de um vaqueiro que fez justiça no sertão. Este homem conheceu uma donzela, que havia sido desonrada pelo coronel, o qual tinha fama de levar as moças para a perdição. Sendo assim, o vaqueiro planejou um casamento e o coronel foi obrigado a se casar com a moça.

Festa de Apartação	Fala da festa de vaquejada, onde os vaqueiros mais famosos derrubavam os novilhos e alegravam o povo do sertão.
Sonho de Cabôco	Narra a história de um homem que teve um sonho, no qual via um sujeito indo para o céu. Este indivíduo era um poeta, que chegando ao céu se encontrou com Olavo Bilac, Augusto dos Anjos e Fagundes Varela.
Cantadô e Violêro	Retrata a vida do violeiro que não precisa de livro ou de escola para aprender, pois já tem Deus como professor e todas as coisas que ele criou.
São João do Norte	Comenta sobre a festa de São João do Norte, onde tem fogueira, samba, quadrilha e rojão.
Bôa Noite Paraíba	Retrata a Paraíba, terra de Augusto dos Anjos, José Lins do Rêgo, das festas da Conceição e das festas de São João.
O Carrêro	Conta a história de um carreiro e os bois que ganhou de presente de seu avô.
Cantiga de Cabôco	Comenta sobre a beleza de Maria das Graças, moça dos olhos azuis e cabelos louros.
Bôi de Carro	Traz uma comparação entre o boi de carro e sua sina com o homem que também puxa um carro, o carro da vida.
Cunfissão de Cabôco	Conta a história de um homem que se entregou à polícia, pois matou sua esposa por ciúmes. Em sua confissão, afirma que a matou, porque achava que ela o estava traindo.

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 2 – O Sertão em carne e osso

Voz do Coração	Ressalta a saudade que o eu lírico tem da Paraíba, sua terra natal.
O Sertão em Carne e Osso	Retrata o sertão e o povo sertanejo, o qual só conhece sofrimento, fome e sede. Apesar disso, não troca o seu sertão por nada, nem pela riqueza e fartura da capital.
O Drama Nordestino	Comenta sobre as mazelas do sertão e a vida do homem nordestino, o qual não deve ir para a capital, pois lá sofrerá muito mais.
Noite de São João	Fala da noite de São João, da casa do coronel que estava toda enfeitada, com bandeiras de papel, lanterna na parede e a fogueira no terreiro.
Aí! Se sêsse	Fala da possibilidade do eu lírico ter alguém em sua vida para, juntos, dormirem, morrerem e irem para o céu.
Fuguêras de São João	Comenta sobre a diferença entre as fogueiras de São João da capital e do sertão. Na capital, é tudo falsificado, as labaredas são feitas com tiras de papel e o tição é de faz de conta. Já as fogueiras do sertão são de verdade, possuem chamas e muito calor.
O Rio e o Riacho	Conta a história do riacho, que não conhece riqueza, que passa a vida sem ter água e que viaja muito à procura de um rio, o qual receberá suas águas, aumentando de tamanho até chegar no mar.
Amô de Cabôco	Narra a história de um caboclo que dançava samba e era convidado para todas as festas. Foi em uma festa que conheceu sua amada, com quem se casou e construiu uma família, deixando o samba e festas de lado.

Cinquenta Janêro	Fala sobre o eu lírico, que está com 50 anos de idade, longe da mocidade e próximo da velhice, e sente saudade de sua juventude e do seu sertão. Apesar disso, considera-se rico de felicidade, pois não tem peso na consciência, seguiu o caminho do bem, sem ter feito mal a ninguém.
Tributino – O Vaquêro	Retrata a história de Tributino, vaqueiro por profissão e de seu cavalo e companheiro Manapulão, vencedor de corridas. Ambos perderam apenas uma corrida, a corrida do amor. O vaqueiro se apaixonou por uma moça do sertão, mas sofreu uma desilusão, pois sua amada gostava de outro.

Fonte: Elaborado pela autora.

Nos cordéis elencados, Zé da Luz valoriza a linguagem simples e regional, sua terra natal, as manifestações culturais da região Nordeste e o sertanejo, bem como avalia de forma crítica o contexto social do sertão, apresentando as mazelas de um povo que vivia em uma luta constante pela sobrevivência.

3.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Em virtude das características da pesquisa, pautamo-nos nos pressupostos teórico-metodológicos da Dialetoologia, visto que esta ciência faz o levantamento dos falares regionais, com suas delimitações geográficas, registra e descreve as características e tendências linguísticas, permitindo-nos identificar as especificidades da língua usada em uma dada área dialetal, neste caso a região da Paraíba, foco desta pesquisa.

Para a análise e descrição do *corpus*, selecionamos os trechos dos cordéis em que notamos a presença da variação linguística, identificamos, nos poemas, os aspectos lexicais e destacamos algumas marcas de oralidade, visto que há várias, mas cujo foco não faz parte dos objetivos deste trabalho.

Tendo em vista a necessidade de comparar o léxico dos cordéis com dados de fala de outras obras, apoiamo-nos nos resultados do questionário semântico-lexical (QSL), aplicado em localidades distintas da Paraíba e registrado no *Atlas Linguístico Paraíba* (1984) - ALPB e no *Atlas Linguístico do Brasil* (2014) – ALiB, dados inéditos. Dessa forma, verificamos quais palavras ou expressões os informantes dessa região usam e que possam vir a figurar nos estudos pesquisados, configurando uma característica do falar paraibano.

Após o levantamento do léxico, consultamos dois dicionários de uso geral de língua portuguesa: (i) *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (2001) e (ii) *Novo*

dicionário da língua portuguesa (1986); e o *Dicionário do folclore brasileiro* (2005), procurando verificar a forma como os termos estão registrados.

Por fim, comparamos as variantes encontradas nos cordéis com os dados do ALPB (1984) e do ALiB (2014), a fim de averiguar os aspectos lexicais que aparecem nos poemas e refletem na fala paraibana, bem como destacamos algumas marcas da língua falada encontradas nos textos. Mediante estes procedimentos metodológicos, analisaremos, no próximo capítulo, o *corpus*.

4 ANÁLISE DO CORPUS

Neste capítulo, destacamos algumas marcas de oralidade encontradas nos cordéis. Embora haja vários aspectos da língua falada, não apresentamos todos, visto que esse não é o foco da pesquisa. Também descrevemos e analisamos os cordéis da obra *Brasil caboclo – O sertão em carne e osso* (1979), buscando identificar, nos poemas, os aspectos lexicais da fala rural paraibana e comparar esse léxico com os dados do ALPB (1984) e do ALiB (2014) e ainda verificamos a forma como cada variante foi registrada no português.

4.1 Marcas De Oralidade

Como mencionado ao longo do texto, o cordel é um gênero literário que surgiu das tradições orais e carrega marcas da oralidade. Em virtude disso, destacamos, nos poemas, alguns aspectos da língua falada que se refletem na escrita de cordel, os quais são: alternância do pronome *nós* por *a gente*, concordância verbal e nominal, iotização do /lh/ e apagamento do /r/ em final de palavras.

Alternância do pronome *nós* por *a gente*

Tira um tição da fuguêra
Toca fôgo na “Ronquêra”
O cabôco Né Candéia.

Um tiro disadorádo
Sái da bôca da “Ronquêra”.
Da bôca dos cranivóte,
Os tiro sái pipocando
E **a gente** fica escutando
Istrondá nas capuêra!

E o samba continuando.
(LUZ, 1979, p. 94, grifo nosso).

Verificamos, nos versos, alternância do pronome pessoal *nós* pela locução pronominal *a gente*. Essa locução pronominal é muito usada, de acordo com Neves (2000), como pronome na linguagem coloquial, devendo ser utilizada apenas em situações informais de comunicação, conforme normatizou Bechara (2006).

Concordância verbal e nominal

Sua bôca éra um martíro!
 Éra um pecado, um desejo...
 Éra assim, cumo um suspiro
 Chorando a morte de um bêjo!

Os óio vivo e pequeno,
Éra, sem **tirá** nem **pô,**
Duas concha de veneno,
Duas conta de um rozário,
Duas ósta, dois sacráro,
Duas promessa de amô!
 (LUZ, 1979, p. 54, grifo nosso)

Neste cordel, observamos a falta de concordância verbal entre sujeito e verbo nos versos “Os óio vivo e pequeno/ Éra, sem tirá nem pô”. De acordo com a norma padrão, sujeito e verbo devem concordar em número e pessoa. Também destacamos a falta de concordância nominal entre o substantivo, o artigo e os adjetivos no verso “Os óio vivo e pequeno” e entre o numeral e o substantivo nos versos “Duas concha/ Duas conta/ Duas ósta, dois sacráro/ Duas promessa”. Sendo assim, não há concordância de número entre os nomes das orações.

Iotização do /lh/

_ Eu vi toda a Naturêza,
 Tão triste, qui as vêz inté,
 Me alembrava da tristeza
 De “uma casa sem **muié**”!

O Só redondo e **vermeio**,
 Bejando a crista da serra,
 Parícia um grande **ispêio**
 Rifritindo a dô da terra!
 Prô lado qui o So murría
 O céu todo **avermeiádo**,
 Cá de báxo, parícia
 Um táxo **véio** ariádo!
 (LUZ, 1979, p. 147, grifo nosso).

Neste poema, observamos o fenômeno fonético da iotização do /lh/ nos termos mulher/ *muié*, vermelho/ *vermeio*, espelho/*ispêio*, avermelhado/*avermeiádo*, velho/*véio*. Esse fenômeno é comum na fala popular, principalmente em comunidades rurais.

Apagamento do /r/ em final de palavras

Seu **Doutô**. Sou criminoso.
 Sou criminoso de morte
 Tou aqui prá mi **intregá**.
 Vosmicê fique sabendo:
 _ Quando a muié traz a sorte
 De **atraiçuá** o ispôso
 Só presta prá se **matá**.

Nunca pensei, seu **Doutô**,
 Qui a mão nêga do Distino,
 Merguiásse as minhas mão
 No sangue dos assarcino!

Vou li **pedí** um **favô**
 Ante de Vossa-mercê
 Mi **butá** daqui prá fóra:
 _ É a licença do **Doutô**
 Pr'eu li **contá** minha história.
 (LUZ, 1979, p. 117, grifo nosso)

Identificamos, neste poema, o apagamento do /r/ final dos verbos *intregá/intregar*, *atraiçuá/ atraiçoar*, *matá/ matar*, *pedí/ pedir*, *butá/botar* e *contá/contar* e nos substantivos *doutô/doutor* e *favô/favor*. Verificamos, assim, que a ocorrência de apagamento é maior em verbos do que em nomes, tendo em vista que a predominância do apagamento do /r/ final no verbo infinitivo é um fato existente da língua falada, que pode ser observado na fala rural paraibana.

4.2 A VARIAÇÃO LEXICAL NOS CORDÉIS

Como ressaltado inicialmente, o objetivo desta pesquisa é descrever e analisar a variação lexical nos cordéis do poeta Zé da Luz, visto que a escrita possui variações, assim como a fala, podendo apresentar várias palavras para um único referente e vários significados para uma unidade lexical. Nessa perspectiva, identificaremos, nos poemas, os aspectos lexicais que refletem na fala rural paraibana por meio da comparação com os dados do ALPB (1984) e do ALiB (2014), além de verificarmos a forma como cada variante foi registrada no português brasileiro.

Brasí Cabôco

Brasí cabôco não come
Assentado nos banquete,
Misturado cum os hôme
De casáca e anelão...
Brasí cabôco só come
O bode sêco, o feijão,

E as vêz uma paneláda,
Um pirão de **carne verde**,
Nos dias da inleição
Quando vai servi de iscáda
Prôs hôme de pusição!

[...] É o Brasi das vaquêjada,
Do abôio dos vaquêro,
Do arranco das boiáda
Nos fechado ou **tabulêro**!

É o Brasí das cabôca
Qui tem os óio feiticêro,
Qui tem a bôca incarnada,
Como fruta de **cardêro**
Quando éla náce alêjada!

É o Brasí das promessa
Nas noite de São João!
Dos carro-de-boi cantando
Pela bôca dos **cocão**!
(LUZ, 1979, p. 18-19, grifo nosso).

Neste cordel, verificamos o uso da expressão *carne verde*, que está documentada no português brasileiro para designar carne fresca, de animais abatidos um dia antes do consumo, sem conservantes. Outro termo usado no poema foi *tabulêro*, um regionalismo do Nordeste usado para se referir a um terreno com poucas árvores ou arbustos. O autor também faz uso dos termos *cardêro*, que diz respeito à planta cardeiro ou mandacaru, muito comum da região nordestina; e *cocão*, que diz respeito a uma peça dos carros de bois, onde gira o eixo.

As Flô de Puxinanã

Três muié, ou três irmã,
Três **cachôrra da mulesta**,
Eu ví num día de festa,
No lugá Puxinanã.

A mais véia, a mais ribusta,
 Era mêrmo uma tentação!
 Mimososa flô dos sertão,
 Qui o pôvo chamava Ogusta.
 (LUZ, 1979, p. 25, grifo nosso).

No poema, verificamos o uso da expressão *cachôrra da mulesta*, utilizada para se referir a um indivíduo com mau comportamento; alguém sapeca, danado.

O São João do Balaiêro

A morte marvada e fría,
 Num caminhão se virou.
 Num monstro, dos ói de fogo,
 Qui os oínho do balaiêro
 De repente incendiou!

Dá daqui, dá dacadá,
 Fazendo “**corta-lorenço**”
 Prá se livrá do marvado,
 O pobre, perdendo o senso,
 Foi pelo monstro esmagado!...

[...] Morreu oiando as istrêla,
 Os catôquinho de véla
 Qui Deus acende no céu!

...Dispôis, na Xã-da-Priguíça,
 Num **mucambinho de táipa**
 Todo cuberto de páia,
 A tristêza se agazáia!
 (LUZ, 1979, p. 30-32, grifo nosso).

Neste poema, o poeta faz uso do fraseologismo *corta-lorenço*, oriundo da expressão popular “dá o corta lorenço”, que significa despistar, enganar, tapear. E dos vocábulos *mucambinho de táipa* para se referir a uma habitação precária, encontrada no sertão, feita de barro amassado, com varas ou bambus amarrados com cipós.

Vingança de cabôco

Há munto tempo eu sabía,
 Qui um tá de Pêdo Canéla,
 Um cabôco bem **pachóla**,
 Um tocadô de vióla,

Ruíá paxão prú ela...

[...] Inquanto as núve chorava
 As láguima de seus chuvísco,
 O truvão véio pipocava,
 O relampo faiscava
 Acendendo um fôgaréu,
 A gente via o **curísco**
 Cumo umas faca de fôgo
 Rasgando o buxo do céu!!!
 (LUZ, 1979, p. 37-44, grifo nosso).

Neste cordel, verificamos o uso dos termos *pachóla*, um regionalismo, de acordo com os dicionários de Houaiss e Villar (2001) e Ferreira (1986), para se referir ao indivíduo pedante e cheio de si, com elegância pretenciosa e duvidosa; e *curísco*, o qual diz respeito à descarga elétrica que ocorre na atmosfera, acompanhada ou não de trovão e relâmpago. Além do mais, também é um regionalismo do Ceará para indicar o indivíduo que se faz hóspede, mas sem aviso prévio.

A cacimba

Tá vendo aquela **cacimba**
 Lá na bêra do riacho,
 Im ríba da ribancêra,
 Qui fica, assim, prú dibáxo
 De um pé de Tamarinêra?

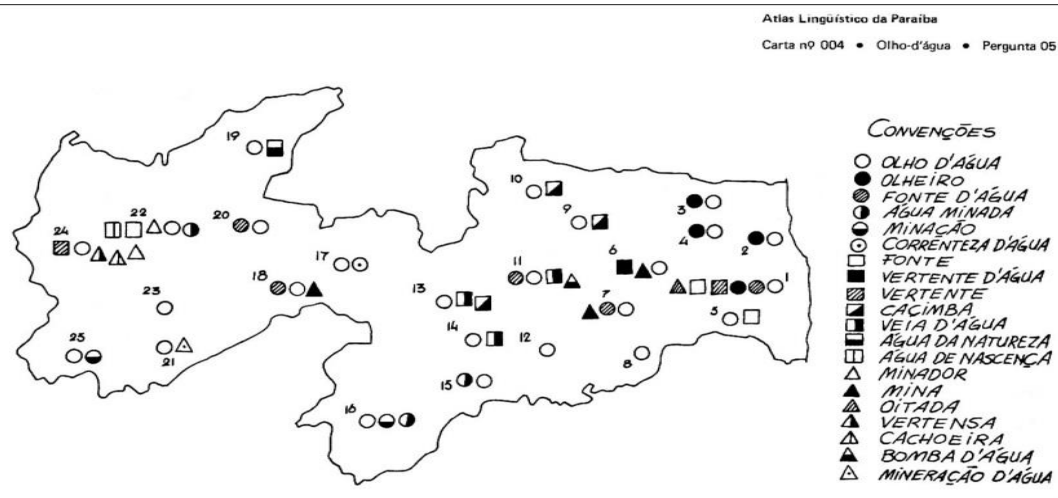
Pois, um **magóte** de môça,
 Quáge toda menhâzinha,
 Fóima, assim, aquela **túia**,
 Tumando banho de cúia!

[...] Quando eu vejo essa **cacimba**,
 Qui ispio a minha cára
 E a cára torno a ispiá,
 Naquélas água quilára
 Pégo logo a deseja...

...Desejo, praquê negá?
 Desejo sê um **caçóte**,
 Cum dois óio dêsse tamanho!
 Pra vê, aquêle **magóte**
 De môça tumano banho!!!
 (LUZ, 1979, p. 49-50, grifo nosso).

Identificamos, neste cordel, a variante *cacimba*, que consta, em Houaiss e Villar (2001) e Ferreira (1986), como regionalismo do Nordeste do Brasil para designar escavação, semelhante a um poço, feita em terreno baixo e úmido ou em leito seco de rio, onde a água do solo se acumula. Ao comparar com as outras obras, verificamos que esse termo foi registrado no ALPB (1984), na carta nº 004 (figura 7), em três localidades: Barra de Santa Rosa, Picuí e Taperoá.

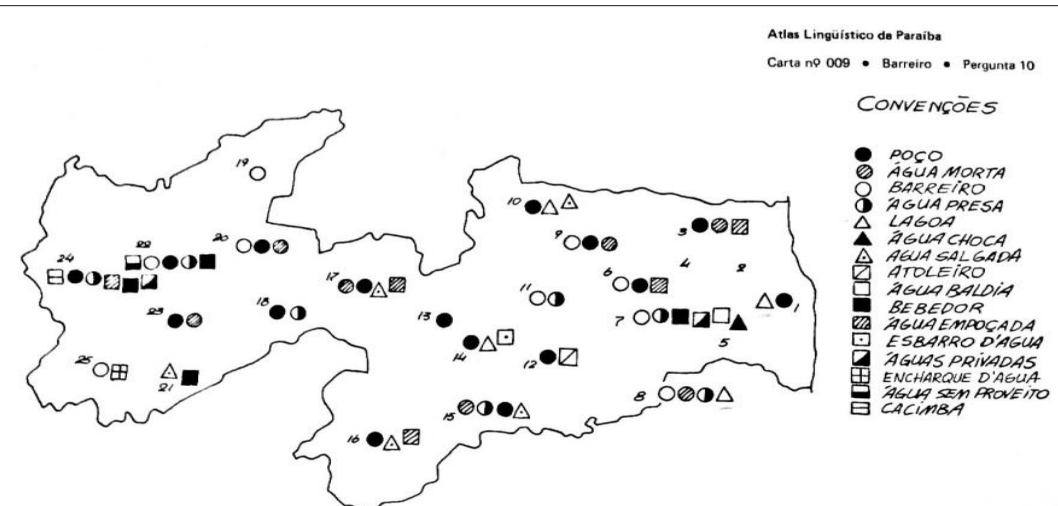
Figura 7 – Carta lexical nº 004



Fonte: Aragão e Menezes (1984, p. 33).

Essa variante também foi registrada na carta nº 009 (figura 8), na região de Cajazeiras.

Figura 8 – Carta lexical nº 009



Fonte: Aragão e Menezes (1984, p. 38).

No poema, verificamos também o uso do termo *túia*, que, no Nordeste, é usado para se referir a uma “grande quantidade”. Outros termos identificados foram *caçóte*, nome popular para designar uma pequena rã, comum da região Nordeste, e *magóte*, o qual diz respeito ao ajuntamento de pessoas ou de coisas e que foi usado, neste caso, para se referir ao aglomerado de moças.

Festa de apartação

_Vaquêro bom,
 Não ingêita, não troucêia,
 Dirrúba a rêz, bota a **pêia**,
 Prá dispôis inxucaia.
 Todo vistído
 De **gibão** e **guarda-peito**,
 Bem custurado, bem feito
 Móde os mato não furá.

_ Êsses vaquêro
 Qui são fío aqui do Norte,
 Não respeita nem a morte
 Quando sái à campia.
 Bota os caválo
 Sem **sobroço**, cum coráge,
 Disgraça pouca é bobáge
 Móde esses **cabra** infrentá!
 (LUZ, 1979, p. 76, grifo nosso).

Neste texto, o cordelista faz uso do termo *pêia*, corda usada para prender os pés dos animais e também para subir em coqueiros; do fraseologismo *guarda-peito*, que, segundo os dicionários de Houaiss e Villar (2001) e Ferreira (1986), é um regionalismo do Nordeste para designar um pedaço de couro curtido com que os vaqueiros protegem o peito e que se prende por meio de correias ao pescoço e à cintura; e *gibão*, outro regionalismo, o qual se refere a um casaco de couro usado pelos mesmos indivíduos. Identificamos ainda o uso das variantes *sobroço*, um termo popular para expressar medo, e *cabra*, um regionalismo para sujeito, indivíduo valente, mestiço ou jagunço.

Bôa noite Paraíba

Sodade dos Carrocé
 Das bulaxinha-de-tába,
 Dôce-sêco e **capilé**...

[...] O grande Pêdo Cristãvo
 “Cabeça de Tatú-péba”
 Fazendo umas pirueta,
 Umas minzúra e carêta
 Vistido de **Bedeguéba**.

[...] E os banho, as brincadêra
 Atraz das “Galinha gorda”
 Sartando das ribancêra?

“Galinha gorda.
 Gorda éla.
 Cadê o sá?”

“Tá na panela.
 Vamos cumê-la
 De **cabidéla**.”

[...] Hoje, duente, acabádo,
 Um burro véio cansádo,
 Qui há muito tempo trabáia,
 Eu já mi sinto injuádo
 Cum o peso de uma **cangáia**...

A **cangáia** do Distino,
 Qui trago im ríba do lombo!
 (LUZ, 1979, p. 100-106, grifo nosso).

Evidenciamos, neste cordel, o uso da variante *capilé*, que, de acordo com Houaiss e Villar (2001) e Ferreira (1986), é uma acepção regional da Paraíba para refresco de frutas com água e açúcar. Além deste termo, identificamos também o uso de *bedeguéba*, um regionalismo do Nordeste para designar o indivíduo que é patrão e exagera teatralmente suas ordens, e um regionalismo da Paraíba e Pernambuco para designar o personagem do velho em alguns autos de Natal realizados nessas regiões; *cabidéla*, outro regionalismo da região nordestina, que diz respeito à maneira como a galinha é cozida, aos pedaços, em molho preparado com o seu caldo, seu sangue avinagrado e com farinha de trigo, conhecida em outras localidades por galinha ao molho pardo; e *cangáia*, um regionalismo para um artefato, de madeira ou ferro, usado no lombo de cavalos, burros ou jumentos para carregar cargas.

Cunfissão de cabôco

Honte, já de tardezinha
 Meu cumpáde, o Quinca Arruda,
 Mi chamou, pra nós dansá
 Num samba – lá na Varginha
 Na casa de “Mestre Duda”.

“Mestre Duda” é um cabôco,
 Um tocado de premêra,
 É o **imboladô de côco**
 Mió daquêlas **rebêra**.

[...] Sempre andando, sempre andando
 Eu fui vendo, seu Doutô,
 Qui o marvado ía tumando
 Dereção de minha casa!

Minha casa!... Sim sinhô!

Já pertinho, no terrêno
 Eu mi iscundí, prú detraz
 De um pé de **trapiazêro**.

[...] Sempre nessas circuntança
 Os hôme foge da morte.
 Correu o cabra, Doutô,
 Tão **vexádo**, qui dexou
 A carta caí no chão!
 (LUZ, 1979, p. 120-125, grifo nosso).

Neste cordel, identificamos alguns regionalismos do Nordeste, como os termos *imboladô de côco*. Segundo os dicionários de Houaiss e Villar (2001), Ferreira (1986) e Cascudo (2005), embolador é quem canta ou faz a embolada, uma forma poética em que os textos são declamados rapidamente sobre notas repetidas, comum do sertão do Brasil. Já o coco é uma dança de roda, cantada em coro que responde aos versos do coqueiro (cantor) e acompanhada por percussão. Outro regionalismo é *rebêra* (ribeira), usado em algumas localidades do Brasil para designar as terras baixas adjacentes às margens de um rio. Porém, no Nordeste, esse termo é usado para designar uma zona rural que compreende certo número de fazendas para a criação de gado. O poeta também utiliza o termo *trapiazêro*, que é uma árvore nativa da caatinga. O trapiazeiro possui uma folhagem densa, o que permite se manter verde mesmo em condições de seca, como ocorre no sertão nordestino. Outra variante usada foi *vexádo*, um regionalismo do Nordeste para aquele que tem pressa, impaciente.

O sertão em carne e osso

_ No rompê das arvoráda.
Quando alegre a passarada
Se dismancha im canturía,
Anunciando ao sertão,
A sua ressurreição
No dispontá de outro día!

Nos gáio das **baraúna**,
Os **magóte** de graúna
Quando o seu canto disáta,
Parece uns vigáro véio,
Cantando o Santo Evangéio
Na igreja verde da mata!

[...] Canta pêlas noite à dento,
No choradinho das sanfona,
Voz dos samba e das fonção,
Onde os môço se diverte,
Onde os mais véio se interte,
Ruído pela sodade
Dos tempo da mucidade,
Quando dansáva o **baião**!

E canta o sertão intêro
Afugentando a tristeza!
(LUZ, 1979, p. 142-143, grifo nosso)

Neste poema, o cordelista faz uso do termo *baraúna*, nome dado a uma árvore comum do Nordeste, que fornece uma madeira resistente e durável, a qual é usada nas propriedades agrícolas. A partir desta árvore de grande porte, são feitos os mourões das cercas de arame farpado. Baraúna também é o nome de um município do estado da Paraíba, localizado na região geográfica imediata de Cuité-Nova Floresta. Verificamos também o uso do regionalismo *baião*, que diz respeito a um tipo de música e dança popular do Nordeste, oriunda de um lundu, e *magóte* para designar um agrupamento, neste caso, de aves.

O drama nordestino

Dispôis de longa viáge,
Pagando passáge cara,
Tá cumo uns bicho serváge
Decendo dos "**Pau-de-arara**"!

[...] Vá contemprá a imáge,
Do cabôco qui não come
E tem a santa coráge
De morrê de sêde e fome!

Vá no oitão das **tapéra**
Onde a dô e o luto móra,
Abra o currá da mizéra
E bote a fome prá fóra!
(LUZ, 1979, p. 149-150, grifo nosso).

Identificamos, neste poema, o fraseologismo *pau-de-arara*, que, no Nordeste, diz respeito a um meio de transporte irregular e de má qualidade, usado para levar nordestidos que fugiam das mazelas do sertão em busca de melhores condições no sudeste do país. Além desta expressão, identificamos a variante *tapéra*, acepção para habitação em ruína, tomada pelo mato; aldeamento ou povoação abandonada, segundo os dicionários de Houaiss e Villar (2001) e Ferreira (1986).

Amô de Cabôco

Hoje eu vivo sastifeito.
E quando as vêz, um sujeito,
Passa lá pelo meu rancho
E cum falta de arrespeito,
Me pergunta todo ancho:

_ Tem hoje uma pagodêra,
Um samba, na Pitombêra,
Você não vai dansá, não?
_ É esse aqui o meu samba,
_ É essa a minha fonção!

Eu orguiôso arrespondo,
Ao cujo dito amostrando,
Deitadinho na **tipóia**,
Um **batorezinho sambudo**,
Um cabôquinho barrigudo,
Paricido com a Quinóia!!!
(LUZ, 1979, p. 167-168, grifo nosso)

Evidenciamos, neste cordel, o uso do termo *tipóia*, que, de acordo com o dicionário do folclore brasileiro (CASCUDO, 2005), é acepção para rede de dormir, estreita e simples. Também encontramos as variantes *batorezinho*, regionalismo do

Nordeste para designar um indivíduo de pouca estatura e pesado, e *sambudo*, outra ocorrência desta região para se referir ao sujeito com o ventre inchado.

Tributino – O vaqueiro

Apôis bem. Foi néssa dansa
Qui fugiu minha isperança,
Qui morreu minha inluzão!

O curpado disso tudo,
Foi um tá de Zé Rumão,
Um cabôco distruçido,
Um **capadóço** atrivido,
Tocadô de violão.
(LUZ, 1979, p. 178, grifo nosso).

Neste poema, Zé da Luz faz uso do termo *capadóço*, regionalismo utilizado para se referir tanto ao indivíduo que é impostor, trapaceiro, que engana os demais, dando-se ares importantes, quanto ao sujeito que canta à noite sob a janela de sua amada.

Diante dos dados apresentados e a partir das comparações realizadas com as outras obras, primeiramente, identificamos nos cordéis marcas de oralidade, dentre as quais destacamos os fenômenos de iotização do /lh/, apagamento do /r/ final, uso do pronome e concordância, conforme consta no quadro 3.

Quadro 3 – Marcas de oralidade

Ordem	Exemplo	Fenômeno Linguístico
Morfossintática	“E a gente fica escutando”.	Uso do pronome
	“Os óio vivo e pequeno/ Éra, sem tirá nem pô/ Duas concha/ Duas conta/ Duas ósta, dois sacráro/ Duas promessa”.	Concordância
Fonética	Muíe, verméio, ispêio, avermeiádo e véio.	Iotização do /lh/
	Intregá, atraçuá, matá, pedí, butá, contá, doutô e favô.	Apagamento do /r/

Fonte: Elaborado pela autora.

Como demonstra o quadro, os fenômenos linguísticos apresentados são de ordem morfossintática, em que verificamos a função que uma determinada classe gramatical pode desempenhar em uma oração, levando em consideração a classificação morfológica e a função sintática das palavras. Nessa perspectiva, ao analisar os fenômenos presentes nos poemas, constatamos que o uso do pronome e a não concordância, tanto verbal quanto nominal, são registrados na fala dos brasileiros em situações informais de comunicação. Também ressaltamos aspectos de ordem fonética, que classificamos, a partir de diferentes perspectivas: articulatória, acústica e perceptual, os sons produzidos pelo ser humano para efetivar a comunicação, observando as diferenças na pronúncia de cada palavra, podendo variar conforme diversos fatores. Diante disso, destacamos o fenômeno de iotização do /lh/, sendo este, dentre os expostos aqui, o mais estigmatizado, tendo maior recorrência na fala rural e/ou em falantes com menor escolaridade, e o apagamento do /r/ final de palavras, que também é registrado em momentos informais de fala. Em um segundo momento, fizemos o levantamento dos aspectos lexicais presentes nos cordéis (quadro 4), verificando, com base nos resultados do questionário semântico-lexical (QSL) registrados no *Atlas Lingüístico Paraíba* (1984) - ALPB e no *Atlas Linguístico do Brasil* (2014) – ALiB, quais palavras ou expressões os informantes usam e que refletem nos textos de Zé da Luz, configurando uma característica do falar paraibano.

Quadro 4 – Léxico

Campo semântico	Lexia	Significado
Culinária	Carne verde	Carne fresca
	Capilé	Refresco de frutas
	Cabidéla	Galinha cozida
Espaço físico	Tabulêro	Área aberta
	Rebêra	Zona rural, onde há fazendas; terras baixas adjacentes às margens de um rio
Flora	Cardêro, Trapiazêro e Baraúna	Tipos de árvores
Utensílio/ferramenta	Cocão	Peça dos carros de bois

	Cangáia	Artefato para carregar cargas
	Pêia	Corda usada para prender os pés dos animais e para subir em coqueiros
Habitação	Mucambinho de táipa	Moradia precária
	Tapéra	Habitação em ruína; aldeamento ou povoação abandonada
	Tipóia	Rede de dormir
Transporte	Pau-de-arara	Meio de transporte irregular e de má qualidade
Fenômeno atmosférico	Curisco	Raio
Fauna	Caçóte	Rã
Acidente geográfico	Cacimba	Tipo de poço
Vestuário/acessório	Guarda-peito	Peça de couro usada por vaqueiros para proteger o peito
	Gibão	Casaco de couro
Comportamento social	Cachorra da mulesta	Sujeito com mau comportamento
	Cabra	Indivíduo valente ou não; mestiço ou jagunço
	Vexádo	Sujeito apressado
	Batorezinho	Indivíduo de estatura baixa e pesado
	Sambudo	Indivíduo com o ventre inchado
	Bedeguéba	Patrão; tipo de personagem de auto de natal
	Pachóla	Indivíduo cheio de si, pedante
	Capadóço	Sujeito impostor, trapaceiro, espertalhão; aquele que canta à noite sob a janela da amada.
Música/dança	Imboladô de côco	Músico de cantiga de roda
	Baião	Música popular
Atitudes	Sobroço	Medo

	Corta-lorenço	Despistar; enganar
Quantificação	Magóte	Ajuntamento de pessoas ou coisas
	Túia	Grande quantidade

Fonte: Elaborado pela autora.

Observando o quadro, foram encontrados, nos poemas, 34 termos, inseridos em distintos campos semânticos e referentes ao léxico do Nordeste do Brasil, dentre os quais *guarda-peito*, *cachorra da mulesta*, *pau-de-arara* e *corta-lorenço* são fraseologismos; *capilé* e *bedeguéba*, segundo Houaiss e Villar (2001) e Ferreira (1986), são regionalismos do Estado da Paraíba. Ainda, a partir da comparação com o ALPB (1984) e o ALiB (2014), verificamos que a maioria destes termos não foi registrada nas cartas lexicais, somente a variante *cacimba* foi registrada no ALPB (1984). Diante disso, inferimos que, na obra *Brasil caboclo – O sertão em carne e osso* (1979), o cordelista Zé da Luz faz uso de uma linguagem simples e regional, explorando a riqueza do vocabulário usado na região Nordeste, o qual nos permite conhecer a história e a cultura desse povo, bem como compreender a variedade da língua portuguesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos dialetais permitem, por meio do levantamento dos falares regionais, com suas delimitações geográficas, e do registro e descrição das características e tendências linguísticas, identificar as particularidades da língua portuguesa falada em uma dada região dialetal, neste caso a região Nordeste do Brasil, especificamente no Estado da Paraíba, terra natal do cordelista Zé da Luz, autor dos cordéis que serviram de objeto para a nossa análise, mapeada nas cartas lexicais do *Atlas Lingüístico da Paraíba – ALPB* (1984) e do *Atlas Lingüístico do Brasil – ALiB* (2014).

Sob esta perspectiva, mediante as reflexões sobre variação linguística, oralidade/escrita, léxico, Fraseologia, Dialectologia e cordel, esta pesquisa descreveu e analisou a variação lexical na obra *Brasil Caboclo – O sertão em carne e osso* (1979), do poeta Zé da Luz, identificando, nos cordéis, os aspectos linguísticos da fala rural paraibana, verificando a forma como cada variante foi registrada no português brasileiro, conforme os dicionários de língua portuguesa (HOUAISS; VILLAR, 2001; FERREIRA, 1986) e o dicionário do folclore brasileiro (CASCUDO, 2005), e comparando o léxico presente nos poemas com os resultados do questionário semântico-lexical (QSL) aplicado em localidades distintas do Estado da Paraíba e registrados no *Atlas Lingüístico da Paraíba* (1984) e no *Atlas Lingüístico do Brasil* (2014).

A escolha de analisar a variação lexical no cordel se deu porque a escrita desse gênero literário, o qual tem origem nas tradições orais, é permeada pelo conhecimento popular, retratando não apenas aspectos culturais e fatos do cotidiano do povo nordestino, como também a diversidade do português falado na região do Nordeste brasileiro, carregando assim marcas da língua falada, esta que não é usada de forma homogênea por seus falantes, pois todas as comunidades de fala apresentam variedades, visto que se caracterizam pelo uso de diferentes modos de falar, relacionados a fatores históricos, sociais e geográficos. Dessa maneira, seu estudo possibilitou não só uma melhor compreensão da cultura popular brasileira como também das variedades do português falado nesta região.

A análise contou com o levantamento de marcas de oralidade e aspectos lexicais presentes nos poemas, assim como a comparação destes com outras obras. No que tange aos aspectos da língua falada, identificamos que há vários fenômenos

linguísticos, no entanto apresentamos apenas alguns, visto que esse não era o foco da pesquisa. Assim, ressaltamos fenômenos de ordem morfossintática registrados na fala dos brasileiros em momentos informais, como a alternância do pronome *nós* pela locução pronominal *a gente* e a não realização da concordância nominal e verbal, e de ordem fonética, como o apagamento do /r/ final em verbos e substantivos, o qual também é registrado em situações informais de comunicação, e a iotização do /lh/, que tem maior recorrência na fala rural e/ou em falantes com menor escolaridade.

No que se refere à variação lexical, destacamos os trechos dos poemas em que notamos a presença da variação linguística, identificando nestes os aspectos lexicais, o que resultou em 34 termos que estão inseridos em diferentes campos semânticos e relacionados ao léxico do português falado no Nordeste. Dentre esses termos, quatro são fraseologismos, *corta-lorenço*, *cachorra da mulesta*, *pau-de-arara* e *guarda-peito*, dois são regionalismos da Paraíba, *capilé* e *bedeguéba*, conforme os dicionários pesquisados, e, após a comparação com os dados do *Atlas Lingüístico da Paraíba* (1984) e do *Atlas Linguístico do Brasil* (2014), apenas um, *cacimba*, foi registrado nas cartais lexicais do ALPB (1984). Dessa maneira, verificamos quais palavras e expressões os informantes dessa região usam, configurando uma característica do falar paraibano.

Diante do que foi exposto acerca do cordel e da variação linguística, constatamos que o poeta Zé da Luz, por meio da espontaneidade e força poética de seus versos, os quais nos remetem ao sertão e ao povo nordestino, exalta a sua terra natal, a Paraíba, e valoriza a linguagem simples e regional, ressaltando os aspectos linguísticos da fala sertaneja, assim levando à consciência da diversidade linguística do português brasileiro, visto que a língua não é uma unidade imutável e estática, mas sim heterogênea, variando de acordo com diversos fatores linguísticos e extralinguísticos.

Buscamos, portanto, com esta pesquisa, uma compreensão efetiva acerca dos aspectos linguísticos do falar paraibano que refletem na escrita de cordel, visando lançar um olhar a este gênero enquanto expoente da língua falada, promovendo, assim, outra forma de perceber o fenômeno da variação, isto é, na escrita, e valorizando a diversidade linguística. Além disso, objetivamos também auxiliar na ressignificação do preconceito e ampliar o contato e o conhecimento de diferentes universos culturais, contribuindo, assim, para o estudo da variação

linguística do português falado no Brasil e a ampliação dos estudos de geografia linguística no país.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. **Histórias de cordéis e folhetos**. Campinas: Mercado das Letras, 1999.
- AFLITOS, D. P.; SANTOS, T. J. B. S.; SILVA, M. I. A. O estudo da variação linguística a partir da literatura de cordel. *In: Revista Philologus*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 51, p. 320, 2011. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/revista/51supl/30.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2018.
- ALVES, I. M. A integração dos neologismos por empréstimo ao léxico do português. *In: Alfa: Revista de linguística*, São Paulo, v.28, p. 119-126, 1994. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/107590>. Acesso em: 25 mar. 2019.
- ARAGÃO, M. S. S.; MENEZES, C. P. B. **Atlas Lingüístico da Paraíba**: cartas léxicas e fonéticas. Brasília: UFPB/CNPq, Coordenação editorial, 1984.
- ARAGÃO, M. S. S. Atlas Lingüístico da Paraíba. *In: AGUILERA, V. A. (org.). A geolinguística no Brasil*: trilhas seguidas caminhos a percorrer. Londrina: EDUEL, 2005. p.75-100.
- AULA DE GEOGRAFIA. **Localização e Área Territorial da Paraíba**. Dona Inês-PB, 19 nov. 2011. Disponível em: <http://wwwgeografiaatualidade.blogspot.com/2011/11/localizacao-e-area-territorial-da.html>. Acesso em: 20 dez. 2020.
- BAGNO, M. Cassandra, fênix e outros mitos. *In: FARACO, C. A. Estrangeirismos*: guerras em torno da língua. São Paulo: Parábola, 2002.
- BAGNO, M. **Nada na língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola, 2007.
- BALLY, C. **Traité de stylistique française**. 2 ed. Paris: Klincksieck, 1951.
- BARBOSA, M. A. **Língua e discurso**: contribuição aos estudos semântico-sintáticos. 2. ed. São Paulo: Global, 1981.
- BECHARA, E. **Moderna Gramática portuguesa**. 37. ed. 16. reimpr. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- BIDERMAN, M. T. C. **Teoria linguística**: teoria lexical e linguística computacional. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- CAMACHO, R. G. Sociolinguística II. *In: BENTES, Anna Christina; MUSSALIM, Fernanda (org.). Introdução à linguística*: domínios e fronteiras. v.1. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 49-75.
- CARBALLO, M. A. C. El concepto de unidad fraseológica. *In: Revista de Lexicografía*, v. IV, 1997-1998, p. 67-79. Disponível em: https://ruc.udc.es/dspace/bitstream/handle/2183/5415/RL_4-4.pdf. Acesso em: 20 dez. 2020.

CARDOSO, S. A. M. S. Dialectologia: trilhas seguidas, caminhos a perseguir. *In: Delta*, São Paulo, v. 17, n. esp., p. 25-44, 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502001000300003. Acesso em: 14 jun. 2019.

CARDOSO, S. A. M. S. **Geolinguística**: tradição e modernidade. São Paulo: Parábola, 2010.

CARDOSO, S. A. M. S. Projeto ALiB: descrição e estágio atual. *In: Revista da Abralin*, v. 8, n. 1, p. 185-198, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1010>. Acesso em: 19 jun. 2019.

CARDOSO, S. A. M. S. *et al.* **Atlas Linguístico do Brasil**. Londrina: Eduel, 2014.

CASARES, J. **Introducción à la lexicografía española**. Madrid: CSIC, 1992.

CASCUDO, L. C. **Dicionário do folclore brasileiro**. 10. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

CASTILHO, A. T. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CAVALCANTE, R. C. **Cordel**. Introdução Eno Theodoro Wanke. São Paulo: Hedra, 2000.

CINTRA, J. P. Os limites das capitânias hereditárias do sul e o conceito de território. *In: Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v.25. n.2, p. 203-223, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/anaismp/v25n2/1982-0267-anaismp-25-02-00203.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2020.

CORPAS PASTOR, G. **Manual de fraseología española**. Madrid: Gredos, 1996.

CULTURA NORDESTINA. **Zé da Luz – Biografia**. [s.l.], 10 jul. 2009. Disponível em: <http://culturanordestina.blogspot.com/2009/07/ze-da-luz.html>. Acesso em: 19 dez. 2020.

DIAS, E. T. **A confluência de linguagem no gênero cordel**: do oral à escrita. 2018. 252f. Tese (Doutorado em Estudos da linguagem). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6349185. Acesso em: 09 set. 2018.

DIÉGUES JÚNIOR, M. **Literatura popular em verso**: estudos. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1986.

DUBOIS, J. *et al.* **Dicionário de linguística**. São Paulo: Cultrix, 1973.

FARACO, C. A. Empréstimos e neologismos: Uma breve visita histórica. *In: Alfa*. São Paulo, v. 45, p. 131-148, 2001. Disponível em:

<https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/viewFile/4190/3788>. Acesso em: 25 mar. 2019.

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

GALVÃO, A. M. O. **Cordel: leitores e ouvintes**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

GARCÍA PAGE, M. ¿Son las expresiones fijas expresiones fijas? *In: Moenia*, v. 7, p. 165-197, 2001. Disponível em: <https://minerva.usc.es/xmlui/handle/10347/5833>. Acesso em: 20 dez. 2020.

GERALDI, J. W. **Linguagem e Ensino: exercício de militância e divulgação**. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras: associação de Leitura do Brasil, 1996.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOODY, J. **A domesticação do pensamento selvagem**. Tradução de Nuno Luís Madureira. Lisboa: Editorial Presença, 1988.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=0&uf=25>. Acesso em: 20 dez. 2020.

ILARI, R.; BASSO, R. **O português da gente: a língua que estudamos a língua que falamos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LONDRES, M. J. F. **Cordel: do encantamento às histórias de luta**. São Paulo: Duas Cidades, 1983.

LUZ, Z. **Brasil caboclo – O sertão em carne e osso**. Paraíba: Acauã, 1979.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita: atividade de retextualização**. São Paulo: Cortez, 2001.

MATOS, E. Literatura de cordel: Poética, corpo e voz. *In: Cordel nas gerais: oralidade, mídia e produção de sentido*. MENDES, Simone (org.). Fortaleza: Expressão gráfica, 2010. p. 15- 28.

MEJRI, S. Délimitation des unites pharaseologiques. *In: ORTÍZ ALVAREZ, M. L. (org.). Tendências atuais na pesquisa descritiva e aplicada em fraseologia e paremiologia*. Campinas: Pontes Editores, 2012. p.139-155.

MELO NETA, M. A. D. SANTIAGO, M. T. G. A variação linguística presente no folheto de cordel As duas mulheres valentes, de J. Borges. *In: Linguagem: Teoria, análise e aplicações*. Organizadoras Angela Baalbaki, Janaína Cardoso, Poliana

Arantes e Sandra Bernardo – Rio de Janeiro: UERJ, 2015, p. 64 - 72. Disponível em: http://www.pgletras.uerj.br/linguistica/textos/livro08/LTAA8_a04.pdf. Acesso em: 26 ago. 2018.

MEYER, M. **Autores de cordel**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

MIRANDA FREIRE, C. C. **História da Paraíba**: Período colonial e reino. Gráfica Universal: João Pessoa, 1974.

MONTEIRO-PLANTIN, R. S. **Fraseologia**: Era uma vez um Patinho Feio no ensino de Língua Portuguesa. Fortaleza/CE: Imprensa Universitária/UFC, 2014.

MOTA, J. A.; CARDOSO, S. A. M. S. Sobre a Dialectologia no Brasil. *In*: MOTA, J. A.; CARDOSO, S. A. M. S. (org.). **Documentos 2**: Projeto Atlas Linguístico do Brasil. Salvador: Quarteto, 2006. p. 15-34. Disponível em: <https://alib.ufba.br/sites/alib.ufba.br/files/documentos.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2019.

NASCENTES, A. **Bases para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil**. Rio de Janeiro: MEC - Casa de Rui Barbosa, 1958.

NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: UNESP, 2000.

OLSON, D. **O mundo de papel** – As implicações conceituais e cognitivas da leitura e escrita. Tradução Sérgio Bath. São Paulo: Ática, 1997.

ONG, W. J. **Oralidade e cultura escrita**: A tecnologização da palavra. Tradução Enid Abreu Dobránszky. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

ORTÍZ ALVAREZ, M. L. **Expressões idiomáticas do português do Brasil e do espanhol de Cuba**: Estudo contrastivo e implicações para o ensino de português como língua estrangeira. 2000. Tese (Doutorado em Linguística aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. UNICAMP, Campinas, SP, 2000.

ORTÍZ ALVAREZ, M. L.; UNTERNBÄUMEN, E. H. (org.). **Uma (re) visão da teoria e da pesquisa fraseológicas**. Campinas: Pontes Editora, 2011.

PAIM, M. M. T.; SFAR, I.; MEJRI, S. **Nas trilhas da Fraseologia**: a partir de dados orais de natureza geolinguística. Salvador: Quarteto, 2018

PIÑAL, F. A. Poesía popular en pliegos sueltos. Historia de la literatura española e hispanoamericana. *In*: VIANA, Luis Diaz G. (coord.). **Palabras para el pueblo. Aproximación general a la Literatura de Cordel**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2000.

REGO, M. P. A. **Educação linguística**: das variantes não prestigiadas para a variante de prestígio. 2009. Dissertação (Mestrado em Língua portuguesa). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, 2009. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/14599/1/Maria%20Paula%20Amaral%20do%20Rego.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2019.

ROSA, F. T. M. **O Brasil cabôco de Zé da Luz: um passeio pela representação do sertão e si.** 2008. Dissertação (Mestrado em estudo de linguagens). Salvador, 2008. Disponível em: http://www.ppgel.uneb.br/wp/wp-content/uploads/2011/09/rosa_flavia.pdf. Acesso em: 02 set. 2018.

SANTOS, Z. L. **Variantes da linguagem oral por Patativa do Assaré em A triste partida.** Universidade Federal da Paraíba, Camaçari, 2013. Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/clv/images/docs/tcc/2013/bahia/camacari/zilma_lima_dos_santos.pdf. Acesso em: 09 set. 2018.

SAUSSURE, F. **Curso de Lingüística geral.** Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blickstein. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006 [1916].

STREET, B. **Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação.** Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

TARALLO, F. **A pesquisa Sociolinguística.** São Paulo: Ática, 1997.

TELES, A. R. T. F. **Cartografia e Georreferenciamento na Geolinguística: revisão e atualização das regiões dialetais e da rede de pontos para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil formuladas por Antenor Nascentes.** 2018. Tese (Doutorado em Língua e Cultura). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: https://alib.ufba.br/sites/alib.ufba.br/files/tese_completa_ana_regina_teles.pdf. Acesso em: 20 dez. 2020.

TELES, J. S. **Ensino de língua portuguesa e variação linguística: uma proposta de intervenção com o gênero cordel.** 2017. Dissertação (Mestrado Profissional de Letras). Universidade Federal do Rio Grande do Norte: Currais Novos, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/26022>. Acesso em: 25 mar. 2019.

VILELA, M. **Léxico e gramática.** Coimbra: Almedina, 1995.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística.** São Paulo: Parábola, 2006 [1975].

ZULUAGA, A. **Introducción al estudio de las expresiones fijas.** Frankfurt am Maim: Peter D. Lang, 1980.

ZUMTHOR, P. **A letra e a voz: a "literatura" medieval.** São Paulo: Companhia das letras, 1993.